



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL -UFFS
CAMPUS DE ERECHIM
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – LICENCIATURA

LUCAS NOGUEIRA CARVALHO

A LUTA DOS POSSEIROS DE PORECATU

VERANÓPOLIS

2017

LUCAS NOGUEIRA CARVALHO

A LUTA DOS POSSEIROS DE PORECATU

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado com requisito para obtenção de grau de
licenciatura em História da Universidade Federal da
Fronteira Sul

Orientadora: *Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos*

VERANÓPOLIS

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Carvalho, Lucas Nogueira
A Luta dos Posseiros de Porecatu/ Lucas Nogueira
Carvalho. -- 2017.
60 f.:il.

Orientador: Manoel Dourado Bastos.
Co-orientador: Igor Chiosini de Nadai.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
graduação em história - licenciatura , Erechim, RS ,
2017.

1. Camponeses. 2. Política. 3. Porecatu. I. Bastos,
Manoel Dourado, orient. II. Nadai, Igor Chiosini de,
co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul.
IV. Título.

LUCAS NOGUEIRA CARVALHO

"A LUTA DOS POSSEIROS DE PORECATU"

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

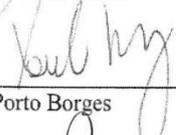
Orientador: Prof. Manoel Dourado Bastos

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 24/11/2017

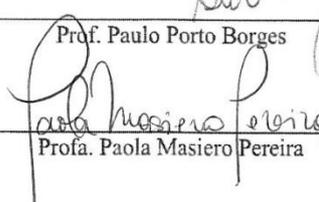
Banca examinadora:



Prof. Manoel Dourado Bastos



Prof. Paulo Porto Borges



Prof. Paola Masiero Pereira

AGRADECIMENTOS

Quero em primeiro lugar, agradecer ao movimento social que faço parte, e que proporcionou esta oportunidade de acessar ao estudo, ao conhecimento, pois foi a partir dele que aprendi que existe uma relação necessária entre produção científica e projeto histórico.

Agradeço meus companheiros de militância, de luta e de sonho, com os quais pude contar com o carinho, e a confiança, e com quem divido horizontes que esbanjam beleza e humanidade, movidos por um profundo sentimento de amor a causa e aos sonhos do povo.

Agradeço a minha família, que em momento algum me faltou com todo apoio e confiança, e que me incentivou a desbravar os caminhos da pesquisa e da ciência, caminhos que ainda não havíamos percorrido.

Não posso deixar de agradecer também ao nosso grande amigo Luiz Guerra, que nos recebeu e nos acolheu em seu boteco, nessa cidade fria do Sul.

Por fim agradeço cada companheira e companheiro, com quem, durante esses anos de curso, tive a oportunidade conviver e se educar na Pedagogia Socialista que foi o ingrediente especial de nossa formação. Agradeço especialmente aos camaradas de minha turma.

*/os dois irmãos de coragem, um para o outro dizia /
mais vale quem Deus ajuda, todo santo tem seu dia / só
Deus e nossa coragem, são a nossa garantia / entramos
numa trucada, vamos jogar sem mania / naquele mundo
esquecido, pra quem já tava perdido, qualquer negócio
servia/ (Música: Dois filhos da Bahia de Jacó e
Jacózinho)*

*/nóis tava de onze a onze na parada nesse dia / os pobre
são carta baixa e os ricos são as manias / foi uma chuva
de bala, só capanga que corria / foi a primeira vez que
o dinheiro não valia / o furdunço acabou cedo,
entregaram foi de medo, terras que me pertencia. As
cercas de minha terra, ai ai / se eu contar ninguém
acredita ai ai / os arame são de bala ai ai / e os morão
de carabina ai ai/ (Música: Ladrão de terras de Jacó e
Jacózinho)*

RESUMO

O presente trabalho pretende realizar o estudo do caso da Luta dos Posseiros de Porecatu, afim de compreender qual sua dimensão política e contribuição para o campesinato brasileiro fazer-se como classe, partindo da hipótese de que os desdobramentos dessa experiência influenciaram nas lutas que eclodiram nos anos seguintes no Paraná e em outras regiões. Para tanto utilizou-se do conceito de experiência e classe de Edward P. Thompson para realização da análise. A partir das investigações pode-se observar que no caso estudado foram experimentadas novas formas de luta e organização dos camponeses. Concluiu-se que este caso ocorre no início do crescimento das lutas camponesas com características propriamente políticas, e a experiência acumulada possui relação direta com o crescimento da sindicalização dos trabalhadores do campo, com a criação de instrumentos políticos dos camponeses, e da relação do campesinato e sua pauta com o conjunto das forças políticas do país.

Palavra-chave: Campesinato, Política, Porecatu.

RESUMEM

El presente trabajo pretende realizar el estudio del caso de la Lucha de los Poseedores de Porecatu, a fin de comprender cuál es su dimensión política y contribución para que el campesinado brasileño se haga como clase, partiendo de la hipótesis de que los desdoblamientos de esa experiencia influenciaron en las luchas que eclosionaron años siguientes en Paraná y en otras regiones. Para ello se utilizó el concepto de experiencia y clase de Edward P. Thompson para la realización del análisis. A partir de las investigaciones se puede observar que en el caso estudiado se experimentaron nuevas formas de lucha y organización de los campesinos. Se concluyó que este caso ocurre al inicio del crecimiento de las luchas campesinas con características propiamente políticas y la experiencia acumulada tiene una relación directa con el crecimiento de la sindicalización de los trabajadores del campo con la creación de instrumentos políticos de los campesinos y de la relación del campesinado y su pauta con el conjunto de las fuerzas políticas del país.

Palabra-clave: Campesinado, Política, Porecatu.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OS CAMPONESES E A POLÍTICA NO BRASIL.....	14
2.1 RAÍZES HISTÓRICAS	15
2.2 O FUNDAMENTO DAS TENSÕES SOCIAIS ENTRE CAMPONESES E LATIFUNDIÁRIOS	22
2.3 MOVIMENTOS CAMPONESES E LUTAS CAMPONESAS.....	28
3 O CASO DOS POSSEIROS DE PORECATU.....	36
3.1 OCUPAÇÃO E POSSE DE TERRAS E PRINCÍPIO DOS CONFLITOS	37
3.2 CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS PARA CAMPONESES	41
3.3 LEVANTE ARMADO	43
3.4 CRIAÇÃO DE LIGAS CAMPONESAS.....	44
3.5 CONTATO COM UM PARTIDO POLÍTICO	47
3.6 FORMAÇÃO DE GUERRILHA.....	50
4 DIMENSÃO POLÍTICA DA LUTA DOS POSSEIROS DE PORECATU	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
6 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

1. INTRODUÇÃO

“de agora em diante, temeremos mais a miséria do que a morte”

Os dias da Comuna - Bertold Brecht

Já não é natural em nossa época que a história da gente comum seja algo alheio a História Oficial, porém isso em nada determina que por força moral ou por mais justo que seja este julgamento, isso modifique a narrativa dominante. Essa problemática que participa da fundação da historiografia moderna – a história problema – permanece como um divisor de águas, que expressa além de uma ampliação do horizonte para novas abordagens, um marco bem definido de paradigmas historiográficos, que são também paradigmas políticos. Portanto, acredito ser acertado iniciar este estudo registrando que a luta de classes não paira no ar. Ela é dinâmica, se dá na história. Ela cria o novo a partir do velho a cada instante, ela sempre está produzindo novas configurações sociais que também são, não imediatamente, novas configurações subjetivas. Esse constante movimento faz com que, o que foi político ontem, não seja necessariamente político hoje. Interessa-nos, portanto, neste trabalho, mais que ser apenas um ponto fora da curva, senão, atentar para concepções e horizontes teóricos que, como diz Pierre Villar (1983, p., 100), “podem orientar e reorientar a operação historiográfica”, favorecendo os ‘de baixo’, sem por isso faltar com a verdade sobre a história, ou melhor, primar por ela.

A história do campesinato brasileiro não ocupa as principais seções da pesquisa de academia e também da literatura de esquerda, porém é responsável por eventos importantes que têm muito a dizer sobre o processo histórico e político nacional. Encontraremos o campesinato como excluído, mas justamente porque, essa condição objetiva e conceitual é necessária para justificar seu - falso - atraso na produção capitalista, mas principalmente, sua ausência como sujeito ativo e protagonista da luta política, portanto um excluído político. Porém essa condição é contraditória em vista da trajetória política brasileira. De acordo com Martins (1981, p., 09) “fato político dos mais importantes na história brasileira do presente é o de que os movimentos e lutas populares, sobretudo no campo, caminham mais depressa do que os partidos políticos, legais e clandestinos”. Portanto, a exclusão do campesinato da pesquisa histórica tem-se definido por seu antagonismo em relação historiografia dominante, e por sua ausência ou insuficiência no conjunto da literatura de esquerda.

O caso que trataremos aqui é mais um caso de ausência, pois, pouco se conhece sobre a luta dos Posseiros de Porecatu, menos ainda se investigou sobre suas influências e relações com o conteso geral que envolve o campesinato brasileiro. Mesmo na obra já citada acima, de José de Souza Martins, chamada “Os Camponeses e a Política no Brasil”, que é sem dúvidas um clássico na área e uma leitura fundamental para compreender a história política do campesinato, e que será uma das principais referências no assunto para esse trabalho, possui pouco mais que 2 parágrafos relacionados a este caso. De forma alguma isso lhe confere descrédito a qualidade clássica da obra, porém, evidencia os limites que a pesquisa sobre campesinato possui em relação organização dos vários eventos que compõem a história deste, sua diversidade, os sujeitos envolvidos, suas relações, padrões, sistemas de valores, organização, cultura, tradições, que conforma o campesinato como classe.

Entre os sujeitos envolvidos nos acontecimentos que se sucederam em Porecatu, estão, camponeses posseiros, militantes do PCB, contra jagunços, fazendeiros e grileiros auxiliados pelas forças repressoras do estado do Paraná e São Paulo. O que se disputava nessa situação era justamente o direito a propriedade da terra diretamente ligados as demandas de expansão do capitalismo brasileiro da época. Os desdobramentos dessa disputa tomaram uma magnitude incontestável, modificando o cotidiano de toda a região de tal forma e importância que exigiu do estado o envolvimento de suas forças especiais de repressão, e por parte da esquerda, o investimento de suas estratégias mais ousadas para a época, que era a criação das guerrilhas rurais para a tomada do poder. Essa experiência condensa migração, ocupação e posse de terras, territorialização, criação de organizações associativas para camponeses, levante armado, criação de Ligas Camponesas, contato com um Partido Político, formação de guerrilha, criação dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais, a primeira desapropriação de terras para fins sociais, e mesmo assim pouco se sabe sobre o assunto. A cronologia utilizada para tratar das mudanças na característica das lutas camponesas partem da década de 50, porém essa referência temporal marca justamente o final deste conflito. Certamente existe aí um elo maior do que se imagina com as demais lutas camponesas que se desencadearam pelo país, não apenas pela proximidade das datas, mas principalmente pela continuidade de determinadas experiências e formas de lutas que já podem ser verificadas neste acontecimento.

Portanto pretende-se com esta pesquisa compreender qual a dimensão política da Luta dos Posseiros de Porecatu para o campesinato brasileiro fazer-se como classe. O problema pressuposto parte da hipótese de que os acontecimentos deste evento influenciaram em diversas lutas sociais que eclodiram no decorrer de toda a década de 1950 e posteriormente,

no Paraná e pelo Brasil, e a partir disso apontar possibilidades de revisões historiográficas que contem a verdade sobre a história de trabalhadores e rebeldes.

Para isso, optou-se, realizar uma abordagem do fato amparados em pressupostos teóricos da corrente historiográfica da “História vista de baixo”, e uma análise a partir dos conceitos de “experiência”, “consciência social”, e “classe” de Edward P. Thompson. As especificidades desta escolha influenciaram nas peculiaridades técnico-metodológicas da pesquisa. Portanto tomou-se como pilar referencial o conjunto de ensaios elaborados por Eric Hobsbawm durante seus 50 anos como historiador, e que reunidos expressam suas reflexões sobre o que é história, para que serve, e qual o papel do historiador.

Hobsbawm aborda a discussão de três dimensões de problemas metodológicos da disciplina de história, são eles: utilização e compreensão sobre história a luz da sociedade e das relações políticas que dela se desdobram; suas críticas as tendências de abordagem histórica; e as características historiográficas – sua opinião sobre o papel do historiador, a abordagem marxista da história, e sua postura frente os embates travados neste campo. Em especial duas premissas devem ser ressaltadas, a coerência no ofício de historiador em “contar a verdade sobre a história”, e o emprego do “materialismo histórico-dialético” como orientação metodológica aos companheiros de ofício que se comprometem com a primeira premissa.

Em relação história vista de baixo, Hobsbawm elabora algumas reflexões sobre os problemas técnicos desta abordagem. Ela faz parte de um passado ressentido de nosso ofício. O autor considera que esta abordagem só é efetivamente realizada a partir do século XIX, resultado das organizações operárias que atuaram na Revolução Francesa. Até então, a história era registrada a luz dos interesses das classes dominantes, como forma de registrar seus feitos, legitimar seu poder ou como emulação de seus líderes. Eis o gargalo a ser resolvido. Esta abordagem carece de aprimoramento de métodos e técnicas para registrá-la, pois, nas palavras do autor “*estamos tentando, mais genericamente, explorar uma dimensão desconhecida do passado*” (Hobsbawm; 2013: 284).

Para além da constatação desta nova abordagem da história, que já representa muito e é também sua opção historiográfica, Hobsbawm propõe alguns passos metodológicos, que em última instância, nos servirão para avançar no aprimoramento desta nova forma de registro e análise. São três estágios: primeiro o que chama de *distinguir a síndrome* – identificar todos os elementos possíveis, por mais distintos que sejam, que compõem este objeto de estudo; o segundo é *construir um modelo de análise* – construir um conjunto de suposições que proporcione um esquema racional para explicar o comportamento do grupo social de

determinado período estudado; e em terceiro - buscar evidências que confirmem estes palpites. É imprescindível manter a centralidade da pesquisa, pois estamos lidando com uma história rebuscada nos comportamentos sociais, não na perspectiva que algum indivíduo tinha desta história. E como nos identificamos como parte desta “dimensão desconhecida do passado”, estamos propensos a nos perder em buscas intermináveis pelo resgate da história, porém, além de descobrir o passado nos interessa explicá-lo.

O autor apresenta três questões centrais para pensar sobre a prática do historiador marxista frente ao século XX: a questão da temporalidade, ou geração do próprio tempo histórico; as mudanças em nossa perspectiva de passado no bojo dos desenlaces da história em curso; e as armadilhas das suposições compartilhadas pela maioria de nossa época. Essas sugestões não devem ser menos importantes, mesmo que o recorte temporal da pesquisa esteja entre 1945 a 1951, pois, existe uma relação direta entre o pesquisador e o objeto, no caso o território da Guerrilha de Porecatu.

Essa pesquisa se localiza, portanto, no campo da história dos Movimentos Sociais, e desde a perspectiva de seus protagonistas, “os de baixo”. Sabe-se assim, que este tipo de objeto se encontra imerso na memória coletiva de camponeses, operários, indígenas, escravos, etc., que possuem parca cultura letrada, e produzem sua memória através de outros mecanismos. O caso pesquisado não é diferente, porém oferece uma diversidade maior de fontes que podem nos ter algo a dizer.

Ocorrido na metade do século XX, as fontes escritas que nos chegam são materiais de imprensa como jornais e revistas de alcance local, regional e estadual, que cobrem todo o período. Além disso existem cartas, telegramas, volantes, documentos, processos crimes, e outros dados. Fora estes documentos podemos encontrar também fotografias, imagens, músicas, versos, ligados direta ou indiretamente ao caso.

Para tratar desse acontecimento a fonte por excelência foi o trabalho de Marcelo Oikawa intitulado: Porecatu – a guerrilha que os comunistas esqueceram. Este livro, de característica documental e cronista se configura também como um dos principais acervos históricos deste evento. Ele é resultado de mais de vinte anos de pesquisa e coleta de fontes como jornais e revistas de alcance local, regional e estadual, que cobrem todo o período. Além de cartas, telegramas, volantes, documentos, processos crimes, fotografias, imagens e outros dados, como também trabalhos acadêmicos e livros ligados direta ou indiretamente ao caso.

No primeiro capítulo segue-se o caminho construído por José de Souza Martins em sua tese, de que no Brasil, as lutas populares no campo avançaram mais depressa do que os

partidos políticos na interpretação e incorporação do problema camponês e da questão agrária. O objetivo é apresentar a trajetória histórica do campesinato desde a Primeira República até o golpe civil-militar de 1964, e demonstrar como o campesinato participa da política. A partir daí pretende-se evidenciar o problema desta pesquisa.

No segundo capítulo apresenta-se o caso da luta dos Posseiros de Porecatu, sua trajetória e os combates ali realizados, traduzem uma importante fase da colonização recente do Norte do Paraná, constituindo em mais um capítulo dos conflitos armados na história política do Estado. Enfrentavam-se fazendeiros, grileiros e jagunços apoiados pelas forças policiais do Estado de São Paulo e Paraná contra posseiros, secundados por militantes comunistas. A repercussão nacional desses eventos, certamente serviram de exemplo para novas lutas camponesas. Pretende-se, portanto, neste capítulo, apresentar alguns aspectos que compõem este acontecimento. Eles são apresentados de maneira aleatória e não cronológica, em vista que não se explicam cronologicamente e nem isolados. A escolha destes aspectos corresponde a hipótese que se levantou para esta pesquisa.

O último capítulo detém-se brevemente a analisar esse caso a partir do conceito de experiência e de classe social de Thompson para comprovar a hipótese levantada, de que os desdobramentos dessa experiência influenciaram nas lutas que eclodiram nos anos seguintes no Paraná e em outras regiões e apontar a necessidade de se realizar uma revisão historiográfica das lutas e movimentos camponeses no Brasil para tirar do esquecimento e da exclusão importantes acontecimentos da história dos trabalhadores e rebeldes.

2. OS CAMPONESES E A POLÍTICA NO BRASIL

O título deste capítulo é inspirado no livro de José de Souza Martins, justamente por ser construído a partir da tese apresentada por este autor, de que no Brasil, as lutas populares no campo avançaram mais depressa do que os partidos políticos na interpretação e incorporação do problema camponês e da questão agrária.

Esta foi uma opção da pesquisa, recuperar a discussão sobre Camponeses e a Política no Brasil construída por este autor, por ser um estudo primoroso que aborda as origens sociais do campesinato tradicional, o período coronelista, os movimentos messiânicos e o banditismo social, além de lutas camponesas e movimentos camponeses que eclodiram a partir da década de 1940, sua relação com outros projetos políticos e as indefinições dos partidos em relação as lutas camponesas. Desse estudo se pode compreender como as mudanças estabelecidas a partido do fim do regime político monárquico e a transgressão da economia agroexportadora funda no trabalho escravo para a propriedade privada da terra e exploração do trabalho livre determinaram novas configurações sociais ao campesinato, que por consequência produziram novas configurações políticas.

O caso da Luta dos Posseiros de Porecatu, os acontecimentos e seguintes desdobramentos permanecem ainda pouco investigados pela pesquisa acadêmica e pela pesquisa geral da história agrária. Foi, portanto, a partir das evidências apresentadas por José de Souza Martins, de sua análise sobre história e os grandes temas que envolvem o campesinato, e dos resultados de sua tese que se tornou possível levantar o problema da pesquisa, a hipótese indicada e consequente análise.

Recupero, portanto, dados históricos, elementos analíticos e conclusões para reconstruir os caminhos percorridos por ele. Além disso foi recorrido a outros autores para demonstrar capacidade de dissertar sobre os principais conceitos que permitirão desenvolver as análises desta pesquisa, como o conceito de ‘renda da terra’ que carrega o fundamento das tensões sociais e lutas políticas abordadas.

2.1 RAÍZES HISTÓRICAS

As palavras ‘camponês’ e ‘latifundiário’ abrem um debate semântico que conquista sentido no campo político, e se confirma na história, pois expressam a trajetória que percorre as classes envolvidas diretamente com a terra, seja por seu domínio sobre ela ou por sua busca por ela, e possuem singularidades ao tratarmos do caso na história brasileira. Um recorte temporal é fundamental para o entendimento dessa questão, o período que vai desde a Proclamação da República em 1889 até o golpe civil-militar instaurado em 1964. Esse período também servirá de referência para o estudo da questão dos camponeses e a política no Brasil que pretendemos realizar neste capítulo.

Ao tratarmos das origens sociais do campesinato tradicional que se formou no Brasil observamos que ele está presente nas sesmarias e fazendas, participando de seu funcionamento desde logo que se inicia o período de colonial, vinculado ao regime escravagista, mas sempre sob a tutela das elites possuidoras de terras, seja envolvido diretamente no trabalho dentro da fazenda, seja em seu entorno, mas com algum laço de subordinação em relação a mesma.

ao lado ou no interior das grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar, algodão, café, havia a incorporação de formas de mobilização de força de trabalho ou de atração de trabalho livre e relativamente autônomo, fundamentadas na imposição técnica do uso de trabalho basicamente manual e de trabalhadores familiares, isto é, membros da família do trabalhador alocado como responsável pela equipe. Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob a designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril. Se recuarmos um pouco mais no tempo, veremos que, ao lado de donatários e sesmeiros, apareciam os foreiros, os posseiros ou – designando a condição de coadjuvante menos valorizada nesse sistema de posições hierárquicas – os intrusos ou invasores, os posseiros criminosos etc (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 09-10)

Isso por uma condição óbvia e determinante, o camponês – e o campesinato como sua forma geral – existe sobre a terra. Segundo Martins (1981) verifica-se as origens do campesinato brasileiro sendo de índios mestiços, brancos de ‘sangue impuro’, familiares excluídos pelo morgadio¹, imigrantes e outros, que envolve todo o período colonial. Esse

¹ [...] regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro [...] o morgadio interditava a dispersão da riqueza pela herança, mas não impedia a abertura de novas fazendas e a constituição de novas propriedades mediante simples ocupação e uso da terra (MARTINS, 1981, 32-33)

campesinato possuía uma função, hora acessória, hora essencial, no sistema da grande fazenda escravagista, sendo característico seu papel na abertura de novas terras e como produtor de gêneros alimentícios. Essa condição lhe excluía do direito a propriedade, obrigado ao pagamento de tributos variados, desde serviços até gêneros alimentícios e outros, de acordo com cada época e circunstância, leia-se, portanto, que a relação do campesinato com o fazendeiro se dava como troca de tudo por tudo, uma teia de relações regida por um código de prestação de serviços e produtos em troca favores e lealdade recíproca.

a morada de favor envolve uma relação de troca que inclui, e ultrapassa o trabalho e as relações de trabalho, já que a concepção de favor, como prestação pessoal, mas recíproca, envolve não apenas a produção material, mas a própria lealdade das partes: a defesa dos supostos direitos de propriedade de um fazendeiro, bem como abrigo e proteção ao camponês contra a perseguição policial por um crime cometido, etc (MARTINS, 1981, p. 36).

Para Martins (1981) a relação entre fazendeiros e camponeses expressava desta maneira, em sua base, uma configuração de desigualdade, quem tinha direito e quem não tinha, o direito do agregado era reconhecido como extensão do direito do fazendeiro. Deste modo, o campesinato forma-se na exclusão. O fundamento da exclusão do camponês no período escravagista consistia, em um primeiro lugar, pelo fato de a base do trabalho na grande fazenda ser escravo e num segundo plano pela forma de propriedade da terra decorrente da escravidão. Vale ressaltar que o regime sesmeiro transmitiu para a classe que possuía o monopólio sobre a terra seus códigos de funcionamento, mesmo após o fim das sesmarias, com uma formulação de critérios que impediam a fragmentação da fazenda e a fragmentação da família.

A história do regime territorial no Brasil colonial permite aferir como a instituição portuguesa da sesmaria foi amoldada aos interesses dos senhores de escravos, mesmo quando, sob certos aspectos, se lhes opunha a orientação do governo metropolitano. Da forma jurídica original se conservou na Colônia apenas o que convinha ao novo conteúdo econômico-social escravista (GORENDER *in* STEDILE, 2005, p. 209)

Portanto, o camponês não participava como força prioritária no trabalho por não ser escravo, e nem podia ser proprietário de terras por impedimento dos códigos legais de concessão de sesmarias. É preciso lembrar que a exclusão que tratamos até aqui é referente ao

“O ‘morgadio’, existe no Brasil até ser extinto pela lei n. 56, de 5 de outubro de 1835, fazia da herança um problema de significação social relevante e causa, entre outras coisas, de conflitos de famílias” (Cf. Luiz de Aguiar Costa Pinto, ob. cit., p. 102 (nota 18) *in* MARTINS, 1981, p. 32)

período escravagista, mas justamente este período que nos permite entender os desdobramentos seguintes da formação do campesinato brasileiro. Essa lógica de exclusão se explicita no funcionamento do sistema econômico baseado no trabalho cativo. Diversas são as confusões entorno do debate sobre campesinato que analisam a condição brasileira desde a ótica do feudalismo, porém como explica também Jacob Gorender (2010) no estudo isso nunca existiu.

A plantagem escravista distingue-se radicalmente, como se evidencia, da forma de organização típica do feudalismo. Nesta, as pequenas explorações familiares tributárias, possuidoras de meios de produção, autônomas e estáveis, constituem a base do sistema. Quando também comparece a exploração senhorial – o que tão somente ocorre em certas fazes e circunstâncias –, sua mão-de-obra é a mesma das explorações familiares, obrigada ao encargo da corveia. De tudo diversa é a organização do trabalho e da produção na plantagem escravista. De nenhuma autonomia dispõem os trabalhadores, o tempo todo a serviço do proprietário deles, trabalhadores, e dos meios de produção (GORENDER *in* STEDILE, 2005, p. 151)

Martins (1981) ressalta que o fundamento do trabalho escravo estava no tráfico negreiro, e de sua dinâmica tornava-se possível extrair renda capitalista da colônia antes da produção, na circulação da mercadoria escrava. Assim tinha-se uma condição de monopólio estamental porém de classe sobre o solo, e uma extração de renda capitalista da mercadoria em circulação; daí se percebe o lugar que ocupava na estrutura social toda a diversidade camponesa existente. O problema da renda colonial desloca-se da produção para a circulação, o monopólio sobre as terras permanece preservado pelos códigos que arregimentavam o sistema colonial, e o campesinato forma-se vinculado a fazenda como trabalhador livre, mas sem condições de exercer sua liberdade alheio a lógica escravagista. Durante todo esse período a condição camponesa foi atravessada pela exclusão das relações de propriedade sem ser excluído de estar dentro da propriedade, essa contradição só se resolveu quando se resolveu a contradição maior, que era a economia capitalista de produção escravista de mercadoria.

O monopólio da terra não se constituía na condição do trabalho escravo; ao contrário, a escravidão é que impunha a necessidade do monopólio rígido e de classes sobre a terra, para que os trabalhadores livres, os camponeses, mestiços, não viessem a organizar uma economia paralela, livre da escravidão e livre, portanto, do tributo representado pelo escravo, pago pelo fazendeiro aos traficantes, já que a concorrência do trabalho livre tornaria economicamente insuportável o trabalho escravo (MARTINS, 1981, p. 37).

Coexistiam também, em relação aos agregados, os posseiros e sitiantes, que muitas vezes até se confundiam, pois, a condição de estar na terra eram geralmente litigiosa, e sem

variações essas situações corriam risco de permanência pela inferioridade do direito camponês em relação ao fazendeiro, sesmeiro, morgadio. Toda maneira, participavam da lógica e da ordem geral de funcionamento colonial, pois estavam ligados com a comercialização de produtos ao mercado local e a contratos feitos com as elites donas de terras para a abertura de novas plantações. Porém a condição de exclusão se mantinha, pois não podia participar da estrutura de poder, sendo obrigado a vincular-se a ela através das submissões, apadrinhamentos e clientelismos.

Por todo o Brasil, no interior das fazendas mercantis agrícolas e pastoris, desenvolveu-se comumente pequena produção de subsistência praticada por homens livres, geralmente sob licença verbal dos proprietários – moradores, agregados, posseiros, rendeiros etc. Esses produtores contribuía com a força de trabalho no momento de pique da produção mercantil; vigiavam os limites dos campos; funcionavam como guardas e capangas dos fazendeiros etc (MAESTRE *in* STEDILE, 2016, p. 86-87)

O século XIX trouxe mudanças que preparou a nova configuração do campesinato. A independência do território e a suspensão das sesmarias em 1822 iniciaram um período de mudança na forma de acesso a terra². A constituição promulgada em 1824 estabeleceu novos critérios para a participação nos espaços de poder, que excluía a massa pobre camponesa³. A lei de terras instituída em 1850 criou a configuração da terra como mercadoria⁴. A lei de abolição do trabalho escravo em 1888⁵ e a Proclamação da primeira República⁶ no ano seguinte demarcaram a criação de um novo campesinato, agora sob novas condições, caracterizado especialmente por camponeses posseiros, pequenos-proprietários e assalariados.

2 No intervalo de tempo entre a extinção do regime de sesmarias e o advento da Lei de Terras, não há forma jurídica de acesso às terras públicas no Brasil. As terras eram apropriadas por meio da posse, forma de ocupação que até 1850 não tinha como ser legitimada [...] assim, todos os campos ocupados pela posse na primeira metade do século XIX só teriam a possibilidade legal de serem medidos e demarcados a partir do advento da Lei de Terras (GARCIA *in* MOTTA; ZARTH, 2008, p. 127).

3 A constituição de 1824, confirmando a exclusão política dos pobres, estabelecia, entre outras, uma restrição essencial de ordem econômica para que alguém pudesse ser eleitor ou elegível (MARTINS, 1981, p. 40)

4 A Lei de Terras representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras, foi a transformação das terras em mercadorias. A partir de 1850, as terras podiam ser compradas e vendidas. Até então, eram apenas objeto de concessão de uso – hereditária – por parte da coroa aqueles capitalistas com recursos para implantar, nas fazendas, monoculturas voltadas à exportação.

5 A consequência prática imediata da lei era apenas no sentido de que o senhor de escravos ficava impedido de recorrer à autoridade para exercer o seu direito de propriedade sobre a outra criatura [...] a abolição não era uma solução econômica, desde que não havia condições para que o mercado de trabalho absorvesse a massa antes escravizada [...] o fardo da escravidão foi largado na estrada pela classe dominante (SODRÉ *in* STEDILE, 2005, p. 124-125)

6 O alvorecer da República brasileira foi marcado também pela imposição de um determinado projeto hegemônico, calcado não mais na oposição escravo *versus* livre, mas sim no binômio moderno *versus* arcaico, construção discursiva que visava ao estabelecimento de identidades, na medida do possível, esvaziadas de seu conteúdo de classe e, justamente por isso, capazes de ocultar a dominação então estabelecida (CARVALH *in* MOTTA; ZARTH, 2008, p. 302).

Para Martins (1981) as modificações sociais que atingiram de fato os camponeses foram, em primeiro lugar a abolição da escravatura antes do fim da monarquia, e ainda antes disso, a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados instituída pela lei de terras. Na prática essas medidas foram elaboradas para proteger a economia da grande lavoura de uma eventual crise diante dessas mudanças. Sabe-se que entre 1850 e as primeiras décadas do século XX aumentaram exponencialmente o número de camponeses posseiros ocupando novas terras em regiões onde não haviam sido instaladas sesmarias. Porém a Lei de terras proibia a abertura de novas posses, e a aquisição de terras devolutas só ocorria por meio de compra, o que impedia que camponeses tomassem posse e em seguida propriedade da terra. A República estabeleceu novos termos para o campesinato, ele passou a ser liberto da grande propriedade e ao mesmo tempo subjugado por ela. O lugar do camponês passa a ser um e do fazendeiro outro, pois, as mudanças no regime fundiário, cria um novo campesinato, moderno, pequeno proprietário, de trabalhadores livres, por vezes compradores de terra, cada vez mais dependentes do mercado, e que estabeleciam agora sua relação com a terra na forma de mercadoria. Os Estados sobre controle das Oligarquias rurais começaram a concentrar terras e obter lucro com especulação de títulos de imóveis. Os camponeses agora encontram-se antagonizados aos fazendeiros, o que não ficava explícito ao campesinato tradicional do período colonial. Antigos camponeses livres, caipiras e caboclos, etc., ficavam com o trabalho de aberturas de novas fazendas, respeitadas as diferenças regionais e de empreendimentos, como por exemplo a diferença do emprego do trabalho camponês nos cafezais e nos canaviais, podendo haver outras demandas e lógicas de tratados com os fazendeiros.

A República encontra alteradas as bases da ordem social – o trabalho escravo extinto, a propriedade da terra modificada: a propriedade fundiária constituída agora no principal instrumento de subjugação do trabalho, o oposto exatamente do período escravista, em que a forma da propriedade, o regime das sesmarias, era o produto da escravidão e do tráfico negreiro. O monopólio da classe sobre o trabalhado escravo se transfigura no monopólio da classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma no senhor de terras. A terra que até então fora desdenhada em face da propriedade do escravo passa a constituir objeto de disputas amplas. A velha disputa colonial pela fazenda, pelos bens da família, transforma-se em disputa pela terra, pois essa é a forma de subjugar o trabalho livre (MARTINS, 1981, p. 44-45).

O advento da República abre uma janela histórica para o fortalecimento da igualdade a medida que aboli o trabalhador da condição de escravização e derruba as restrições legais que impediam a participação do povo nos processos eleitorais, através do voto, porém o mesmo não se pode dizer em relação as condições de exercer os direitos civis conquistados. Com o

trabalho livre e a terra transformada em propriedade privada, tem-se agora uma enorme massa de trabalhadores pobres e desenraizados. Na esfera política, o que houve no fundo, foi a manutenção de uma instituição criada no período colonial, as companhias de ordenanças⁷, que tinha aparentemente finalidade militar de defesa das fronteiras territoriais e auxílio em situações de guerras, mas que essencialmente concretizavam o domínio oligárquico sobre os espaços de poder, desde a esfera federal, estadual e municipal, o poder econômico definia o poder político.

A república apressou as aspirações de progresso econômico e social, mas os sertões permaneceram ignorados pelo poder público, continuando as parcelas menos favorecidas da população camponesa à mercê de sua própria sorte, vislumbrando “no outro mundo” a saída para a miséria terrena (LIMA *in* MOTTA; ZARTH, 2008, p. 242).

A dinâmica da Primeira República colocou na espaço da representatividade pública o ‘Coronel’, que era um título concedido a algum grande proprietário de terras e forte comerciante que negociava com os produtos agrícolas da região, comprando a produção dos sitiantes, dos moradores e agregados de sua área, e que também fosse capaz de atuar na localidade de maneira a preservar o regime vigente, desenrolando mesmo que de maneira complicada questões de terra, questões de honra, questões de família e questões políticas. Toda sorte de violação dos direitos conquistados na primeira quadra republicana, podiam ser empregados por esses rígidos chefes locais para obterem seus objetivos políticos, ou seja, de classe, inclusive o arrebanhamento dos votos, através dos ‘currais eleitorais’. Segundo Martins (1981: 47) “o coronelismo consagrou um sistema eficaz de exclusão política de todos os dissidentes que não pudessem movimentar uma clientela para com ela negociar posições políticas”. Desta maneira a liberdade camponesa se materializava em sua liberdade de mudar de fazendas, de regiões, porém não de exercer o direito de participar da política, determinado por sua condição de classe.

A vasta extensão das terras já tornadas propriedades, e das que permaneciam como terras intocadas, mas que cobrem o território brasileiro, guardam também a diversidade de relações que camponeses e latifundiários constituíam. De acordo com cada região ou atividade agrícola pode-se encontrar palavras como caipira, caiçara, caboclo, sertanejo,

⁷ Uma força militar auxiliar que arrematava os civis, eventualmente em situações de conflito e permanentemente para execução de serviços de mão-comum, como era o caso de abertura, manutenção e reparo de estradas (MARTINS, 1981, p. 45)

taboréu, foreiro, para designar o camponês⁸; e estancieiros, fazendeiros, senhores de engenho, seringalistas para designar o latifundiário⁹. Essas palavras possuem origens diversas em cada região e em tempos distintos. No caso do camponês, elas possuem similaridades de sentidos como designação depreciativa, distinção religiosa, vínculo com o campo, vínculo ao trabalho, estilos de vida distantes ou quase isolados das povoações, expressão de ignorância e de atraso. Para as diversas formas de relações de trabalho que os camponeses estabeleciam em cada região e de acordo com a formação histórica e cultural dos locais o emprego de uma e outra palavra foi sendo feito. Essas palavras vão perdendo seu uso e seu sentido ao passar do tempo, ao passo que crescem e se multiplicam as lutas camponesas e se inicia sua entrada no debate político. Em consonância com esta situação a palavra latifundiário também passa a ganhar espaço para tratar de donos de terra.

Essas novas palavras – *camponês e latifundiário* – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade as lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Neste plano, a palavra camponês não designa apenas o seu nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição a povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, p. 22-23).

Segundo Guzmán & Molina no estudo sobre a evolução do conceito de campesinato, a palavra camponês surge de uma importação política das esquerdas para o vocabulário brasileiro, e ganha conteúdo e legitimidade na história e na luta de classes. Martins (1981) acrescenta que, apesar disso, permanece carregada de sentidos que expressam seu lugar na estrutura social e sua participação na política. Se para o senso comum possui um sentido de excluído e expressão de atraso, para as abordagens dos partidos e grupos políticos, mesmo os de esquerda, a leitura que se fez da realidade camponesa o identificou como um retardatário do debate político. Leia-se, portanto, que a exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico, seja ele, no aspecto econômico, social e político.

8 Famoso tornou-se o *caipira*, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista, esse mesmo trabalhador é denominado *caiçara*. No nordeste do país, chamam-no de *taboréu*. Noutras partes é conhecido como *caboclo* (MARTINS, 1981, p. 22).

9 [...] os proprietários de terra tinham designação distintas conforme a região e a atividade: *estancieiros* no Sul; *fazendeiros* em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná; *senhores de engenho* no Nordeste; *seringalistas* no Norte [...] (idem, 1981, p. 22)

A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é, como às vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado (MARTINS, 1981, p. 25).

2.2 O FUNDAMENTO DAS TENSÕES SOCIAIS ENTRE CAMPONESES E LATIFUNDIÁRIOS

O fim do império e início da Primeira República marcam o fim da economia colonial de base escravagista, e possuem relação direta com as primeiras grandes lutas camponesas. Leia-se por exemplo, Canudos entre 1893 a 1896, e Contestado entre 1912 e 1916. A acumulação de riqueza capitalista desloca-se da circulação de mercadoria, mediada pelo regime de produção escravagista, para a esfera da produção, mediada pela propriedade privada da terra. A mercantilização da terra faz com que a fazenda se transfira do rebanho de gado, e ou, da propriedade de força de trabalho escrava, para a propriedade privada da terra, a terra toma a centralidade. O trabalho camponês é subjugado pela terra, e ganha novas configurações determinadas pela renda capitalista da terra.

De acordo com Martins (1981) o século XIX trouxe mudanças, primeiro com a abolição do trabalho escravo, e antes ainda, com as novas regras na lei que arregimentava o acesso a terra. A especulação fundiária foi uma causa imediata dessa situação, pois a questão da terra carregava a herança político-jurídica de privilégios do regime colonial. Tornou-se uma prática comum de grandes fazendeiros, a apropriação de sítios e posses que passaram a integrar e ampliar seu patrimônio, principalmente pela grilagem disfarçada no argumento da herança de direitos de antigos morgadios, ou posse de sesmarias. Camponeses posseiros ou pequenos sitiantes são expropriados de suas terras, agregados a grande fazenda ou expulsos e empurrados para as fronteiras agrícolas. Nas regiões marginais da economia colonial agroexportadora, de cria de gado solto por exemplo, essas consequências são mais graves por ser menos claro os limites das fazendas nos sertões do país.

A propriedade rural brasileira passou por um processo peculiar, pois a propriedade foi um dos mecanismos utilizados para legitimar a aprovação privada das terras

públicas [...] propriedade privada é toda relação jurídica de apropriação de uma coisa, e, em nosso território, essa apropriação deu-se basicamente a pretexto de “controlar” os recursos naturais. Em cada região do Brasil, foi elaborada uma estratégia específica para se apossar dos recursos naturais renováveis, o que, deduz-se, levou à formação de propriedades distintas com algumas características próprias. Assim, por exemplo, no século XIX, na Amazônia, o acesso à terra para a exploração extrativista deu-se pelo aforamento, ao passo que no Sudeste, para a exploração do café, foi mediante posse ou compra (BENATTI *in* NEVES, 2009, p. 212).

As iniciativas de colonização do território por meio da ocupação de regiões menos exploradas no período colonial impulsionou um processo de campanhas migratórias e construção de estradas de ferro, principalmente no Sul do país. Isso se deu por meio da concessão das terras da União a empresas transnacionais como forma de pagamento pelos serviços de construção de estradas, instalação de vilarejos, loteamento do território e ampliação da fronteira agrícola. Com essas concessões as empresas conquistaram também o direito à exploração de riquezas naturais como madeira, minérios e a liberdade de venda de parcelas de terra. Como consequência isso gerou a expulsão de camponeses posseiros que ocupavam essas regiões, além da introdução de milhares de trabalhadores desempregados após invasão colonizadora e fim das obras. Veja como exemplo o caso do Contestado.

No final do século XIX, interessava ao governo imperial incrementar a colonização da região contestada, seja como parte da política de substituição do trabalho escravo pelo trabalhador livre imigrante, seja por motivos estratégicos ligados [...] dúvida sobre os limites que separavam o Brasil da Argentina [...] é neste contexto que, em 1888, foram iniciados os estudos para a construção de uma estrada de ferro que ligasse Itararé, em São Paulo, a Santa Maria, no Rio Grande do Sul [...] a própria construção da linha férrea ocasionou alterações substanciais. O trabalho da derrubada de matas e o deslocamento de terras exigiam um contingente muito grande de mão-de-obra, o que significou o deslocamento constante de grande número de pessoas. Os trabalhadores eram divididos em turmas e entregues a taifeiros que recebiam por empreitada e se encarregavam de pagar os salários. Há diversos indícios de que, apesar do trabalho na construção da ferrovia ser uma oportunidade para complementar o ganho da lida no campo, os sertanejos se submetiam a relações de trabalho muito piores do que aquelas a que estavam sujeitos nas fazendas (CARVALHO *in* MOTTA; ZARTH, 2008, p. 289-290).

A crise da cana-de-açúcar levou as elites do engenho a arrendarem suas terras e mudarem para os centros urbanos. Foreiros passam a ter a posse e produzir em parcelas dos antigos canaviais, introduzindo ali novas culturas, a partir de suas especialidades agrícolas e da possibilidade de comercialização da produção no mercado local ou nas proximidades. Entre 1939 e 1945, devido as mudanças no orbita do mercado internacional causada pelo período de guerra, o açúcar volta a valorizar-se, e as usinas são reativadas e passam a integrar novamente a paisagem nordestina. Os foreiros são obrigados a destruir suas lavouras e se

integrar no plantio de novos canaviais. Em alguns casos passam a ser inseridos no trabalho da usina em troca de salários abaixo do valor pago aos demais trabalhadores da usina para compensar sua moradia de condição; nos casos mais graves, são expulsos das terras e passam a condição de volantes, seguindo os ciclos sazonais de produção.

A crise, com a conseqüente queda do preço do açúcar que iniciou em 1923 e atingiu o auge em 1930, teve suas conseqüências sobre a indústria estendidas até 1940, fazendo com que muitas usinas e muitos banguês fechassem as suas portas, apagassem seus fogos, tornando-se tributários de outros mais poderosos [...] com o novo surto de desenvolvimento provocado pela Guerra Mundial de 1939-45, não só aumentaram consideravelmente a sua produção, como também, devido ao uso do caminhão e melhoramento das rodovias, passaram a ampliar a área de influência, estendendo a mesma até os altos cursos dos rios, até os “corgos” mais distantes, até mesmo às encostas íngremes do Borborema [...] a grande concentração fundiária tornou-se um dos mais graves problemas do Nordeste, sobretudo nas áreas de elevadas densidades demográficas, como a Mata e o Agreste. Tal fato tornou a região açucareira da Mata uma área de forte tensão social e de choques entre proprietários e assalariados (ANDRADE, 1998, p. 108)

A crise de 1929 colapsou a produção de café resultando na eliminação de milhares de cafeeiros, e no descarte de sacas e mais sacas do grão. Em seu lugar foram inseridas culturas de outros gêneros, principalmente as pastagens e tardiamente novas variedades de café mais produtivas. Isso ocasionou a migração de uma imensa massa de camponeses enraizados nas colônias de café para as cidades, sendo inserido no trabalho urbano que vigorava em virtude do desenvolvimento industrial e crescimento do mercado interno que foram impulsionados pelos efeitos da Guerra, ou em outros casos para cidades do interior tornando-se trabalhadores temporários da agricultura. Quando houve a alta na valorização comercial do grão, sua reintrodução veio acompanhada da ampliação da fronteira agrícola para o interior paulista e norte paranaense, atingindo pequenos sítiantes e posseiros que tiveram suas terras apropriadas por grandes proprietários para dar lugar a modernas fazendas de café. Parte dos camponeses foram imediatamente expropriados de suas terras pela ampliação da fronteira agrícola; outra parte vinculou-se na formação de novos cafezais ou em outros trabalhos no campo, em busca de ganhar dinheiro para conquistar o direito a exploração privada da terra, porém devido a desvalorização de seu trabalho, isso adia, mas não impedia a transformação do camponês posseiro em assalariado e sem-terra.

as recorrentes dificuldades de investimentos para manutenção ou melhoria da rentabilidade da cultura, em face do crescente declínio dos preços, e as alternativas abertas pelo governo à comercialização estimularam a mudança de comportamento dos cafeicultores. Não só eles optaram por usufruir os dividendos possíveis dos recursos financeiros já imobilizados na atividade, como investiram na expansão da pecuária. De início (sobretudo na década de 1930), as lavouras de café foram

secundarizadas em termos de tratos culturais e de renovação, diminuindo a produtividade e a produção. A partir da década de 1940, os cafeicultores-pecuaristas começaram a se associar na constituição de cooperativas de leite, a expandir o uso da terra em pastagens e a investir na construção de currais, estábulos, cercas etc., acentuando drasticamente a diminuição dos investimentos no cultivo do café (NEVES *in* NEVES; SILVA, 2008, p. 146).

De acordo Braz e Netto (2007) em “Economia Política: uma introdução crítica”, o objetivo central de todo e qualquer empreendimento capitalista é a caça aos lucros. Por essa condição, no eixo de seu movimento, ele cria uma relação social de exploração movida pela pulsão da máxima valorização: o lucro extraordinário. De maneira que, para alcançar sua realização, ele buscará sempre valorizar-se mais e com a mais rápida rotação possível e, também, onde encontre taxas de lucro mais elevadas. Deve-se levar em conta, que o lucro é a aparência da mais-valia, e se processa na esfera da produção e não na circulação, e sua condição de ‘extraordinário’ é obtida através da apropriação de maior quantidade de riqueza na competição capitalista.

Está contido na lei geral de acumulação do capital, o desenvolvimento desigual da sociedade. Ao passo que a articulação entre forças produtivas e relações de produção sob o regime de apropriação privada de riquezas criam nas economias centrais um capitalismo *suis generis*, porém nas periferias e colônias acabam por determinar a formação de economias capitalistas dependentes. De acordo com as investigações de Rui Mauro Marini *in* Traspadini (2005, p. 144), a dependência deve ser entendida como “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Ressalta ainda Marini *in* Traspadini (2005) que no curso do século XIX, se processam mudanças na ordem geral da sociedade que criam condições para a articulação plena da economia mundial ancorada no surgimento da grande indústria e no estabelecimento de bases sólidas da divisão internacional do trabalho. A partir daí o que predomina na reprodução do capital nas economias dependentes é a expansão da acumulação através da superexploração do trabalho, da transferência de valor no intercâmbio desigual, e da cisão no ciclo do capital entre produção e circulação.

[...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo de acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite a região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador [...] a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para

incrementar a taxa de mais-valia e taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que parecia com um mecanismo de compensação no nível do mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna (MARINI in TRASPADINI, 2005, p. 144, 154).

A acumulação capitalista se define na concentração e centralização de capital, mas seu fundamento permanece na esfera da produção. Sua lógica de funcionamento na organização da produção de bens agrícolas possui na terra o meio de produção, mas que contém a contradição do limite do bem natural, que é a existência da terra, do espaço físico necessário. Os produtores capitalistas e os agricultores em geral precisam da terra, que é um bem da natureza fundamental para a produção dessas mercadorias, para através delas obter seu lucro. Segundo Stedile *in* Caldart (2012, p. 670) “a taxa média de lucro será determinada por todos os produtores, seja aqueles que obtêm elevadas taxas com produtos mais lucrativos, seja aqueles que atuam nas piores terras, distantes do mercado e com produtos menos rentáveis”. A terra não é fruto do trabalho, mas sim um bem da natureza, portanto não possui capacidade criativa de produzir mais valor. Porém sob o regime político existente no capitalismo é concedido o direito privado de exploração desse bem, que transfere um valor acima do lucro médio aos proprietários, que se expressa na renda da terra. Existem, portanto, capitalistas que exploram a terra para a produção de bens agrícolas, mas não possuem a propriedade da terra, esses ficam com o lucro obtido na comercialização dessas mercadorias, mas transferem aos proprietários esse valor a mais, essa é a condição do arrendamento.

De acordo como Braz e Netto (2007) a categoria da renda da terra pode-se encontrar ainda renda diferencial I, que tem por base as distintas fertilidades e localização das fontes de recursos naturais (terra, jazidas, águas) nas quais os capitalistas investem e controlam; e renda diferencial II, que é determinada pela quantidade de capital investido em capital constante, proporcionando maior quantidade de renda por área. Não resulta unicamente das diferenças de fertilidade natural das fontes de recursos, mas dos sucessivos investimentos em uma mesma área resultando em produtividades distintas. Através da renda diferencial o capitalista pode obter o lucro extraordinário.

A teoria da renda da terra procura explicar que os capitalistas, ao investirem seus capitais na compra e manutenção da propriedade da terra, depois cobram de toda a sociedade uma espécie de taxa de retorno desse capital, embutindo nos preços agrícolas uma renda extra, acima do lucro médio, pelo simples fato de serem proprietários privados daquela terra. Então, poderíamos dizer que a renda da terra é um valor acima do lucro médio que todos os produtores capitalistas auferem e que é inserido no valor das mercadorias agrícolas vendidas, mas que se destina apenas aos que são proprietários da terra. Essa renda da terra é resultante apenas do fato de existir a propriedade privada da terra (STEDILE *in* CALDART, 2012, p. 671).

Segundo Marini (2000) a economia dependente tem uma de suas leis tendenciais que também acompanha a questão da terra, a superexploração do trabalho, e pode ser verificada na organização da produção de mercadorias agrícolas. A taxa de lucro média definida por todos os produtores, pela totalidade de mercadorias produzidas pela agricultura, e não pelo ramo de produção em uma dada sociedade, garante a cada capitalista, independente das adversidades do processo produtivo, o 'direito' ao lucro. Ao mesmo tempo oculta os níveis de exploração a que são submetidos os trabalhadores do campo para a elevação da taxa de mais-valia e consequente taxa de lucro, determinada na esfera da produção, que aparentemente não fica evidente quando relacionada ao lucro médio e a renda da terra.

De acordo com os estudos de Marini (2000) pode-se verificar a superexploração do trabalho através da existência nas relações de produção, do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, do prolongamento da jornada de trabalho além dos limites, do aumento da intensidade do trabalho e pela cisão entre o elemento histórico e moral do valor da força de trabalho e seu pagamento. Esses mecanismos são reconhecidos nas condições a que são submetidos o boia-fria, o volante, o trabalhador temporário, etc, tanto nas distintas regiões como ao largo do tempo, desde que a questão da terra ganha centralidade. As diversas situações em que o trabalho camponês é subjugado a terra ganham sentido e unidade se explicadas pelas determinações das formas de relação social de exploração operadas nas economias dependentes e pelo papel histórico que essas economias cumprem.

O caso dos camponeses em relação a cana-de-açúcar no Nordeste é exemplo de como essa subjugação opera ao largo do tempo, como apresenta Martins.

agregado marginal no regime de trabalho escravo, ocupado ocasionalmente no trabalho da cana-de-açúcar, passa ao lugar principal com o fim da escravidão, como morador de condição, para, à medida que a condição aumenta e que seu trabalho gratuito ou barato na cana é a renda que paga pela terra em que planta a sua subsistência, ir aos poucos se convertendo em assalariado (MARTINS, 1981, p. 66).

Essa realidade é verificável também em outros lugares do continente, como resultado do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, e também dos tipos de atividades que se realiza, configurando um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva.

[...] mais que na indústria fabril, onde um aumento de trabalho implica pelo menos num maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento é muito menos sensível, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, incrementar a riqueza produzida sem um capital adicional. Compreende-se que nestas circunstâncias a atividade produtiva se baseia sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isto permite diminuir a composição-valor do capital, o que, agregado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro (MARINI, 2000, p. 125-126).

A lógica do desenvolvimento do capital na organização da produção de todos os bens na sociedade se instala no Brasil com a invasão colonial, porém o advento da propriedade privada da terra explicitou entre camponeses e latifundiários relações de exploração que antes mantinham-se disfarçadas pela troca e favores supostamente recíprocos. A violência e subordinação características, imbricadas nas relações entre camponeses e latifundiários passou a expressar o antagonismo de classe que os envolvia, que os camponeses sentiam, mesmo que não percebessem em todos os seus aspectos. Portanto o enquadramento do camponês como parte do passado, isolado do mundo, manifesta a alienação do trabalhador em relação ao processo de produção, ao fruto do trabalho e a condição de desenvolver plenamente suas capacidades humanas, como produto dessa exploração capitalista. Isso explica o sentido de sua exclusão, seja ela política, econômica, social e ou ideológica.

A partir das investigações de Martins (1981) o que vemos é uma transgressão histórica da condição do trabalho camponês que revela a sua condição de classe, seu lugar na produção capitalista e na estrutura social. O fundamento desse processo reside na apropriação capitalista da renda da terra, é dela, portanto que surgem as tensões sociais entre camponeses e latifundiários.

2.3 MOVIMENTOS CAMPONESES E LUTAS CAMPONESAS

Desintegrada a velha sociedade, de alto a baixo, por esse processo de transformação, convertidos os trabalhadores em proletários e suas condições de trabalho em capital, posto o modo capitalista de produção a andar com seus próprios pés, passa a desdobrar-se outra etapa em que prosseguem, sob nova forma, a socialização do trabalho, a conversão do solo e de outros meios de produção em meios de produção coletivamente empregados, em comum, e, conseqüentemente, a expropriação dos proprietários particulares [...] À medida que diminui o número dos magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas, cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. O monopólio do capitalista passa a entrar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com

o envoltório capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriadores são expropriados (MARX, 1971, p. 881).

Os limites de interpretação da obra marxiana podem nos levar ao reducionismo e simplificação do materialismo histórico dialético. Marx trabalhava com o desenvolvimento desigual do capital, que por sua razão possui leis gerais de seu funcionamento, mas não impede que estenda suas contradições e sua violência aos vários ramos da produção, e as várias condições em que se encontre o desenvolvimento capitalista em uma dada sociedade, que carrega também disparidades na sua dinâmica entre o espaço da agricultura e da indústria. Portanto o desenvolvimento desigual não impede que transformações sociais profundas ocorram em sociedades economicamente atrasadas. Não é preciso que se transforme o camponês em um operário para que a exploração capitalista chegue até ele, más, esse foi o argumento que sustentou a ideia de superioridade política da classe operária em relação ao campesinato.

Do erro histórico de transportar a lógica de funcionamento do capitalismo europeu para a realidade brasileira, da incompreensão dos estudos de Marx, de sua análise sobre a acumulação primitiva de capital no caso clássico da sociedade inglesa, concluiu-se que os camponeses seriam transformados em proletários, que o latifúndio absorveria a pequena propriedade e a proletarização seria o destino das massas camponesas, deixando de existir como classe para adquirir perspectivas e horizontes verdadeiramente revolucionários. Porém, como adverte Martins (1981, p. 27-28), “[...] na realidade concreta do processo social, entretanto, diversamente da realidade da análise histórica e sociológica, as coisas não são necessariamente assim”.

O que vemos na realidade brasileira são atos de rebeldia e contestação, com uma diversidade de formas de ação política, mas que se configuram em respostas de classe a uma agressão de classe, por parte de um campesinato progressivamente insubmisso. Uma expressão disso são os movimentos messiânicos¹⁰, que participam da primeira quadra republicana, marcada pela política do coronelismo, que se desdobrou em grandes lutas envolvendo camponeses, coronéis e toda força bélica do Estado.

Esses movimentos também podem ser classificados como de resistência. Eles tiveram importância em diversas regiões do país, como no interior da Bahia,

10

Considera-se movimento messiânico aquele comandado por um líder espiritual, um “messias” que, a partir de suas pregações religiosas, passa a arregimentar grande número de fiéis, numa nova forma de organização popular que foge às regras tradicionais e, por isso, é vista como uma ameaça à ordem constituída (CREMONESE *in* MOTTA; ZARTH, 2009, p. 105)

liderado pelo Conselheiro; em Juazeiro do Ceará, liderado pelo Padre Cícero; no interior de Santa Catarina e Paraná, liderado pelo beato João Maria e, novamente no Ceará, sob o comando do beato José Lourenço. Estes só foram possíveis devido a algumas condições objetivas, como a concentração fundiária, a miséria dos camponeses e a prática do coronelismo e, ainda, as condições subjetivas [...] (CREMONESE *in* MOTTA; ZARTH, 2009, p. 106)

Os casos de Canudos e do Contestado tornaram-se verdadeiras guerras civis encabeçadas pelas forças de repressão estatal para conter a rebeldia ‘supostamente’ monarquista que surgia nos sertões. Canudos foi o resultado de uma longa peregrinação iniciada antes do fim da Monarquia por Antônio Maciel, o Conselheiro. Era caracteristicamente um movimento milenarista, formado por camponeses, jagunços, vaqueiros, ex-escravos que buscavam terra. Contestado era uma região de fronteira entre Paraná e Santa Catarina que passava por disputas entre coronéis no Sul do país. Neste caso, operários desempregados e camponeses expropriados, ambos pela Brazil Railway e sua subsidiária, Southern Brazil Lumber and Colonization Co., organizaram-se entorno do Monge José Maria que aglutinava aspirações de confiança e liderança entre os camponeses, para indicar saídas ao problema da terra e das opressões que afetava toda a região.

Os dois movimentos eram marcados por critérios de justiça e igualdade material estabelecida com a base na pobreza e na propriedade comum, que contrapunha a justiça parcial dos coronéis. Os sertanejos combatiam o inimigo dos trabalhadores e as seguidas vitórias camponesas nas batalhas desdobraram-se em guerras inevitáveis e prolongadas. Em ambos os casos, foram denunciados como insinuações monarquistas no sertão. Segundo Martins (1981, p. 57) “[...] a monarquia era simplesmente o contrário da república, com suas injustiças e violência contra os pobres do campo. Era basicamente uma monarquia religiosa e igualitária”. Os movimentos messiânicos possuíam uma concepção de mundo e organização oposta à república dos coronéis, fazendeiros e comerciantes que se apropriaram do poder do Estado.

Outro caso é o banditismo social, que possui uma formação mais complexa, e tem sua expressão mais significativa no sertão nordestino, a medida que passa a reagir as opressões contra o campesinato, representado na figura do cangaceiro. Suas origens são do período colonial e sua ressignificação ocorre durante o coronelismo republicano, primeiro na forma de exércitos privados de jagunços dos coronéis utilizados em disputas políticas e disputas de terras de famílias poderosas, e em seguida na forma de questionamento da ordem dos coronéis que cria o cangaço propriamente. De acordo com Martins (1981, p. 59) “[...] a fonte básica do

banditismo sertanejo estava nos conflitos de famílias, nas lutas pela terra, nos crimes de honra, na vingança [...]”.

Existe variações de significados da palavra jagunço expressos nas diferentes situações e período em que ele existe, situações acompanhadas de posições de classe a que ele atende. Toda maneira, são trabalhadores, moradores e agregados das fazendas obrigados a defender as terras e os interesses do patrão, que passam a libertar-se dessa condição tornando-se jagunço rebelde, autônomo, pistola de aluguel e cangaceiro. Ocorre que entram nessa situação também posseiros, pequenos lavradores, sitiante e criadores que impossibilitados de acessar os mínimos direitos, submetidos a todo tipo de violência, a expulsão de suas terras, seja pelas forças privadas dos coronéis ou pela violência das forças policiais encomendadas pelos chefes políticos, passam a vingar sua honra, sua família e sua classe. O cangaceiro formava-se livre, e não possuía o significado de bandido entre o povo por envolver-se em batalhas contra fazendeiros ricos.

Os Movimentos Messiânicos e Banditismo Social vão surgir em oposição ao poder dos coronéis, que hegemonizaram a política durante a velha república até idos da década de 40. Eles representam a situação de desordem nos vínculos tradicionais de dependência no sertão, que vão sendo progressivamente destruído pelas diversas formas com que buscam os capitalistas obter mais lucro. Mesmo que distantes e diferentes em muitos aspectos, essas iniciativas de resistência configuram as primeiras formas de libertação e manifestação da vontade própria dos camponeses.

[...] A intervenção militar em Canudos e no Contestado, em defesa da ordem e do regime, constituiu a mediação que fez, das guerras camponesas, guerras políticas; que arrancou as rebeliões místicas dos camponeses da sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador (idem, 1981, p. 62).

Entre a década de 1940 e 1960 ocorrem por todo o território nacional um conjunto de lutas que expressam o novo período de atuação política dos camponeses, onde o principal personagem passa a ser o posseiro, a medida que a apropriação de novas terras e desagregação dos trabalhadores passa a ser a maneira buscada pelos capitalistas para obter mais renda da terra. Exemplos disso são casos como, os Posseiros de Porecatu e Guerra dos Posseiros no Sudoeste, ambos no Paraná, Trombas e Formoso em Goiás, o caso de José Porfírio e os camponeses de Governador Valadares em Minas Gerais, as Ligas Camponesas e Sindicatos de trabalhadores no Nordeste. Essa nova forma de atuação é marcada por levantes armados, conquista de territórios, criação de Associações de Trabalhadores, formação de Sindicatos,

Ligas Camponesas, que elevam a organização dos camponeses a outra qualidade. Algumas dessas experiências são breves, outras levam tempo para se formarem como também para obterem resultados, possuem uma diversidade de formas organizativas e objetivos, porém constituem uma unidade na causa. Esses casos sugerem a importância de se investigar mais a fundo do que se tem feito o verdadeiro sentido dos movimentos camponeses, seus limites e suas possibilidades. Especialmente a partir da década de 50 até o golpe civil-militar de 1964, a pauta camponesa passa a ganhar espaço no cenário político nacional e nos projetos dos movimentos e partidos políticos de esquerda, e setores mais progressistas da burguesia, com o formato da Reforma Agrária.

Em 1950, o PCB e a Igreja Católica, personagens importantes da história contemporânea do campesinato brasileiro, apresentam uma proposta de programa político em que a questão camponesa e da Reforma Agrária é incorporada. Em 1954 são criadas as Ligas Camponesas sustentadas sobre uma proposta de Reforma Agrária, e João Goulart, quando chega ao governo em 1960 realiza suas aproximações das pautas camponesas.

Desde o lançamento do ‘Manifesto de Agosto’, de 1950, o Partido Comunista do Brasil realiza uma série de reformulações de seu programa tendo em vista o acúmulo de forças para a Revolução Brasileira que este propunha, e que é aniquilada com o golpe de 64. O Partido pretendia desencadear no país uma revolução democrática e nacional libertadora, e para isso concebia a estratégia de Frente Única composta por forças anti-imperialistas e antifeudais, interessadas no desenvolvimento da indústria e do comércio nacional. Ocorre que a medida que necessitava agregar mais setores da pequena e média burguesia, o resultado do pacto político colocava em segundo plano os objetivos camponeses, por seu antagonismo aos interesses de empresários capitalistas na agricultura. Isso o levou, por exemplo, a divisão entre o partido e as Ligas Camponesas em certo momento.

A Igreja Católica lançou em setembro de 1950 sua primeira pastoral sobre a situação no campo, em Minas Gerais. Sua entrada no debate partiu de um ponto bastante conservador, compartilhando interesses com fazendeiros. Estava preocupada em um primeiro momento em evitar a proletarização e ingresso de camponeses nas bases políticas e ideológicas comunistas, através da contenção do êxodo rural, com a transformação dos camponeses em pequenos proprietários. Suas posições sobre a desapropriação fundiária, é de que esta constituía um atentado ao direito a propriedade se não viesse acompanhada de indenização justa e em dinheiro. A partir 1963 admitiu como legítima a desapropriação para fins sociais. A Igreja disputou com outras forças o domínio sobre as organizações sindicais e associativas de camponeses e fixou-se em organizações de base. Após a aniquilação das outras forças por

parte da repressão militar, e em virtude da reorientação da ação pastoral ela passa a realização de ações mais concretas alinhadas aos objetivos de luta dos camponeses.

As Ligas Camponesas, que teve sua expressão política mais evidente a partir de 1954 possuía uma proposta de Reforma Agrária Radical, que modificasse as bases fundiárias eliminando o monopólio de classe sobre a terra, implantando em seu lugar a propriedade camponesa e também a estatização da propriedade. Durante todo esse período, e após o golpe as ligas mantiveram-se firmes em seus objetivos, e não se dispuseram a aliar-se a Frente Única, resultando em seu desentendimento com o PCB. Com a instauração do golpe a repressão militar tratou de exilar, prender, torturar e matar dirigentes e demais camponeses a ela vinculados.

Chegando ao poder, com a renúncia de Jânio Quadros, Goulart aproximou-se das bases organizativas dos camponeses, com o ‘Plano trienal de Desenvolvimento, que buscava um desenvolvimento econômico independente, de base nacionalista e a extensão do populismo ao campo. Com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, passou a disputar os sindicatos e ampliar sua base eleitoral através da vinculação dos sindicatos no Ministério do Trabalho. Além de implementar junto as reformas de base a pauta da Reforma Agrária, e com isso pretendia também conter as tensões sócias no campo.

O período que se abre com o advento da primeira República colocou em evidência o antagonismo existente entre camponeses e latifundiários determinado pelo monopólio de classe sobre o solo e a obtenção de renda da terra. As diversas maneiras com que os camponeses enfrentaram a investida capitalista foi progressivamente consolidando-o como uma classe importante no cenário nacional, debitando mesmo nas lutas locais e breves um carácter político incontestável. A pauta da Reforma Agrária além expressar a síntese do problema camponês, deveria configurar a base de um processo que pretende buscar a libertação nacional, haja vistas as origens escravagistas, coloniais, e anti-democráticas do sistema político e das classes dominantes. Assim também deveria ser as orientações de alianças revolucionárias pretendidas pelos partidos e movimentos de esquerda. Como pode-se verificar na história, devido aos equívocos das estratégias elaboradas, o que houve foi justamente o fortalecimento dos setores da burguesia que rompeu com essa proposta para aliar-se com os latifundiários regionais, a revitalização de antigos coronéis e a instauração de um regime civil-militar longo e devastador.

[...] o fim da escravidão redefine as condições de existência do campesinato; o golpe de Estado põe fim às alternativas que estavam contidas nas lutas camponesas da época e deixa aberto apenas o caminho da sindicalização. Ao mesmo tempo,

através do Estatuto da Terra, de fins de 1964, abre caminho para que o governo federal enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e os surtos de inquietação camponesa: o Estatuto abre a possibilidade da reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão social grave, ao mesmo tempo que descarta a possibilidade de uma reforma agrária de âmbito nacional. O governo militar poderá, assim, a partir de então, controlar duas tendências aparentemente contraditórias em favor da primeira: de um lado uma política deliberada de concentração fundiária e de constituição de grandes empresas no campo; de outro lado, uma política de redistribuição de terras nos lugares em que as tensões sociais possam ser definidas como um perigo a segurança nacional, isto é, à estabilidade do regime militar (idem, 1981, p. 31).

Os movimentos e partidos de esquerda que se empenharam em aproximar e incorporar as reivindicações camponesas em seus programas contribuíram para que esse aprofundasse sua constituição como uma classe, criando por exemplo seus instrumentos organizativos de unidade nacional, como foi o caso da fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil em 1954, a ULTAB, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura entre 1963 e 1964, a CONTAG. Ao mesmo tempo, a maneira como encararam e incorporaram a questão tornou-se um limite para a atuação política dos camponeses. Nunca houve uma formulação de uma revolução camponesa, propriamente dita, porém, a dimensão que alcançaram as lutas camponesas neste período e a forma como foram recebidas pelas demais forças de esquerda, indicam que movimentos e partidos políticos trabalharam para contê-la. Isso ficou mais evidente no fato de o campesinato ser sistematicamente excluído dos pactos políticos, primeiro pelas elites conservadoras por seu antagonismo de classe, e pela esquerda, por razões de leitura do que seria a revolução brasileira.

A exclusão camponesa também se processa no campo ideológico, que sugere um problema historiográfico. A história do Brasil é contada como a história de sua classe dominante, e não a história de trabalhadores e rebeldes. Mesmo a história cultivada pelas esquerdas, privilegiam acontecimentos que envolvem os trabalhadores e os eventos ocorridos no ambiente urbano, muito pouco se sabe e/ou se estuda sobre a diversidade de lutas ocorridas nos sertões do país. Assim a pauta camponesa de luta pela terra foi entendida como uma luta pequena e secundária para os passos da revolução brasileira, quando na verdade essa luta crescia a medida que cresciam os interesses capitalistas sobre a exploração na agricultura.

De acordo com Martins (1981), isso possui seu fundamento numa perspectiva evolucionista de que os movimentos camponeses tendem a se constituir como movimentos pré-políticos. Porém, é preciso relativizar a questão do movimento político e pré-político em relação aos camponeses, sem pretender invalidar o conceito, mas para buscar na estrutura social em que se insere o camponês a condição deste carácter pré-político. Toda maneira,

precisa-se também observar que há um período claro na história política brasileira, em que o movimento camponês ganha dimensões políticas significativas.

O caráter propriamente político [...] se define no movimento camponês a partir do final dos anos quarenta, e mais significativamente a partir dos anos cinquenta. O movimento sindical e político-partidário no campo passa a cobrir boa parte do espaço que antes era ocupado pelo messianismo e pelo banditismo social, mas não cobre, mesmo hoje, todo o espaço (idem, 1981, p. 30-31).

A revelia das análises, a história encaminhou-se para outros desdobramentos. E como vemos entre os anos de 1940 e 1960 os movimentos e as lutas camponesas crescem expressivamente e buscam ocupar seu espaço na política. E Martins nos mostra em sua tese os problemas práticos e teóricos que implicaram na continuidade dessas lutas.

Fato político dos mais importantes na história brasileira do presente é o de que os movimentos e lutas populares, sobretudo no campo, caminham mais depressa do que os partidos políticos, legais e clandestinos. Esse distanciamento, que ocorre também na maior parte dos países da América Latina, mostra-nos que os partidos estão tendo dificuldades práticas, teóricas e doutrinárias para acompanhar e incorporar as tensões sociais e as reivindicações camponesas. E nos mostra, ao mesmo tempo, uma das razões da fragmentação e dispersão das lutas populares no campo. Elas necessitam de organização e estrutura partidária para encontrarem a unidade da sua diversidade, a sua força política e o seu lugar tanto no processo político quanto na aliança com as classes sociais que se defrontam com as classes dominantes e o Estado (idem, 1981, p. 09).

Vista a trajetória histórica que percorre o campesinato brasileiro, e os desdobramentos que obteve, resta para essa pesquisa investigar como participa e qual a relação do caso da luta dos Posseiros de Porecatu. Reside neste evento mais um caso de exclusão? Teria algo nessa experiência a legar para a formação do campesinato brasileiro, para fazer-se como classe?

3 O CASO DOS POSSEIROS DE PORECATU

O caso da luta dos Posseiros de Porecatu, sua trajetória e os combates ali realizados, traduzem uma importante fase da colonização recente do Norte do Paraná, constituindo em mais um capítulo dos conflitos armados na história política do Estado. Enfrentavam-se fazendeiros, grileiros e jagunços apoiados pelas forças policiais do Estado de São Paulo e Paraná contra posseiros, secundados por militantes comunistas. A repercussão nacional desses eventos, certamente serviram de exemplo para novas lutas camponesas.

Para tratar desse acontecimento a fonte por excelência foi o trabalho de Marcelo Oikawa intitulado: Porecatu – a guerrilha que os comunistas esqueceram. Este livro, de característica documental e cronista se configura também como um dos principais acervos históricos deste evento. Ele é resultado de mais de vinte anos de pesquisa e coleta de fontes como jornais e revistas de alcance local, regional e estadual, que cobrem todo o período. Além de cartas, telegramas, volantes, documentos, processos crimes, fotografias, imagens e outros dados, como também trabalhos acadêmicos e livros ligados direta ou indiretamente ao caso.

Pretende-se, portanto, neste capítulo, apresentar alguns aspectos que compõem este acontecimento. Eles são apresentados de maneira aleatória e não cronológica, em vista que não se explicam cronologicamente e nem isolados. A escolha destes aspectos corresponde a hipótese que se levantou para esta pesquisa.

3.1 OCUPAÇÃO E POSSE DE TERRAS E PRINCÍPIO DOS CONFLITOS

A maneira como ocorreu o processo de ocupação das terras que compreendem a região do conflito, remonta a forma clássica de ocupação capitalista no Brasil. A passagem das terras da União para o controle do Estado após a Proclamação da República altera o regime de uso, posse e propriedade, e a partir daí imperam interesse políticos locais na destinação das vastas regiões ainda pouco exploradas de maneira privada, como ocorreu em vários casos no Paraná. Sabe-se que o norte do Estado permaneceu como território Guarani durante longo período, mesmo que suas primeiras titulações são do século XIX, o que ocorre é que até meados de 1940 esses títulos são objetos de especulação fundiária. Segundo Oikawa (2011, p. 39), “[...] a região de Porecatu, retalhada por transações especulativas, chega ao final da Primeira República do mesmo jeito que há 300 anos: virgem, inculta e bela”.

Por volta de 1930, o que se observa é a introdução de fazendas de café em grande parte da região, entre os municípios do chamado Norte Velho, como Jacarézinho e Cambará, e do assim chamado Norte Novo, como Maringá, Cianorte, Apucarana e outros. A implantação dessas fazendas reproduz a lógica geral de exploração do trabalho camponês, através da empreita de café, realizada em três modalidades de contrato.

Primeira modalidade:

cultivo de cerca de 3 mil pés de café – o máximo que um homem consegue cuidar sozinho. O preço, calculado por pé de café, é multiplicado pela quantidade total e dividido em 12 pagamentos, um para cada mês. De quebra, o colono tem o direito de plantar e usufruir da colheita que produzir entre os vãos de cada fileira de pés de café. Nesses carreadores, o colono costuma colher milho, arroz e feijão. E são milhares trabalhando dessa maneira em toda a região (OIKAWA, 2011, p. 43)

Segunda modalidade:

são seis anos de prazo, em que a mata deve ser derrubada, queimada, o rancho deve ser feito, o café plantado e cuidado até a sua primeira colheita. Durante os seis anos, outras culturas que o colono consegue colher nas terras serão suas. Nesse tipo de contrato há uma armadilha: no final dos seis anos, o café que não tiver 1,5 metros de altura será contado como falho e o que tiver menos de três plantas e mais de cinco, em cada cova, será considerado falho também. Quando se faz a conta para o colono acertar com o proprietário a importância a que tem direito por pé de café formado, não há o que receber. E, como sobre cada pé de café falho tem uma multa, no final o seu saldo é devedor. Mesmo as safras que colhe acabam em prejuízo porque não há estradas e nem preços compensadores (idem, 2011, p. 43).

Terceira modalidade:

[...] é o que obtém o contrato de empreita do café por quatro anos. É a modalidade mais procurada. O proprietário se encarrega de derrubar a mata, fazer a queima e construir o rancho. Em relação ao cultivo do café, as obrigações do colono-empregado são as mesmas em relação ao tamanho do pé e a quantidade de mudas por cova. O colono também tem a permissão de plantar a chamada lavoura branca nos carreadores. Com uma vantagem a mais: a safra de café do último ano é sua. Chamada de última fruta, essa safra muitas vezes dava ao colono empregado a condição de realizar o sonho de sua vida: comprar um pequeno pedaço de terra, um sítio. Há casos em que o empregado permanece na propriedade, transformando-se em parceiro do proprietário. Neste caso, o contrato estabelece que o colono ganha a renda de 30% a 40% da produção do café. E entrega 20% da produção de sua lavoura branca (idem, 2011, p. 44-45).

As relações que permeiam esses contratos produzem uma imensa massa de camponeses a procura de trabalho e de terras devolutas, tanto pela desvalorização de seu trabalho como pelos diversos mecanismos utilizados pelos proprietários para não cumprir com os contratos. Muitos camponeses vieram de várias regiões do país para o trabalho na implantação dessas fazendas e que em seguida encontraram-se novamente sem trabalho, são parte dos posseiros que seguiram para as terras de Porecatu.

A conjuntura política do período incrementou novidades nesta região. O Estado Novo de Vargas, recém instalado, inicia uma proposta de *marcha para o Oeste*, inspirada na experiência americana, com o objetivo de implantar colônias e povoados em regiões ainda não exploradas pela agricultura capitalista, de modo a combater o latifúndio improdutivo e diminuir o índice populacional de grandes cidades. No Paraná Manoel Ribas, empossado como interventor de Vargas, organiza as condições de implementação dessa política no estado.

Para dar encaminhamento a essa política, o governo regulamentou concessões de terras devolutas, revalidações e legitimações de posse e propriedade. O governo passa a realizar o cancelamento de antigas concessões e revertê-las em patrimônio do Estado, para acumular terras o suficiente para implementação dessa política de colonização. Entre essas, foi cancelada também a concessão Antônio Alves de Almeida, onde encontrava-se o território que compreendia Porecatu, Centenário do Sul, Guaraci e Jaguapitã. Nessas terras vão chegando aos poucos algumas levas de posseiros, os primeiros vindos do interior paulista, e em seguida da própria região do norte paranaense, para se instalarem nas colônias oficiais criadas pelo Estado.

[...] o interventor Manoel Ribas inspira-se no *Homestead Act* de 1862. Em seu governo loteia 120 mil hectares de terras devolutas de Porecatu, Centenário do Sul, Jaguapitã, Guaraci, Miraselva e Florestópolis. Por decreto, qualquer pessoa pode

solicitar um lote de terras com 200 hectares ao preço mínimo de 18 mil-réis por hectare, sendo um pouco mais caro dependendo de sua localização e fertilidade. Atrai milhares de paulistas, mineiros e nordestinos, que vêm em busca de um lote. Muitos já trabalham como colonos no norte do Paraná. Para adquiri-lo, basta escolher um e o requerer à Comissão Mista de Terras. Deve-se obedecer apenas uma regra: derrubar a floresta, plantar, produzir, e viver na posse durante seis anos. Ao final desse período, o posseiro pode requerer o título definitivo da propriedade. O comprador de lote em Colônia Oficial paga de 20 a 50 mil-réis o hectare, pelas facilidades de infraestrutura existentes como estrada e núcleo urbano próximo. O pagamento estabelece seis parcelas anuais. Com o pagamento da primeira, o comprador recebe o título provisório e com o pagamento da última o título definitivo, com a obrigação de manter a moradia habitual e a terra produtiva. Empresas privadas fazem propaganda incentivando a compra de lotes no Norte do Paraná e os paulistas predominam nas primeiras levas. A região está sendo ocupada tanto por agricultores que compram lotes quanto por aqueles que simplesmente ocuparam posses em áreas devolutas – todos sem o sentimento de serem invasores (idem, 2011, p. 51).

O objetivo seria desmatar terras da União contando com força de trabalho posseira, porém a junção de oportunidade de acessar novas terras com solos de alta qualidade e a ausência de uma política por parte do Estado que regulasse a questão, resultou numa ocupação caótica do território. Dessa maneira os posseiros que já ocupavam as terras e novos trabalhadores que ali chegaram possuíam um sentimento de direito a terra por serem ‘pioneiros’ na região, e com o seu trabalho implantaram suas lavouras curtas e perenes que chegaram a significar um princípio de acumulação para algumas famílias.

Ocorre que o governo criou uma situação contraditória que resultou numa superposição de direitos, de um lado, por parte dos que revalidavam a titularidade de suas terras, tinha-se o direito de propriedade; de outro, por parte daqueles que entraram no mato, construíram suas casas, fizeram suas lavouras, motivados pelas propagandas de acesso a terra a baixo custo por meio de uma política de colonização, tinha-se o direito a posse. Essa condição resultou no princípio dos conflitos litigiosos impulsionados pelo não reconhecimento de título das posses, e pela valorização do café no mercado internacional, que aliado a qualidade das terras para fins agrícolas, despertaram o interesse de fazendeiros, grileiros e especuladores. Estavam em jogo no conflito fundiário, diferenças entre camponeses e latifundiários, e por outro lado, a vontade dos grandes fazendeiros e grileiros, apoiados pelo Estado em todas suas esferas, de intervir no local, além da atuação da imprensa que formava opinião da sociedade em favor dos grandes proprietários para obter ganhos econômicos, políticos e simbólicos. Segundo Silva (1993, p., 54-55) “Cada um desses agentes, tinham interesses econômicos imediatos e a longo prazo”.

Assim que derrubam a mata e fazem a sua primeira plantação, a primeira providência dos posseiros é procurar imediatamente a Inspetoria de Terras do Paraná

para dar entrada com o pedido de legalização das suas terras. Na ausência de respostas, repetem o procedimento várias vezes, durante anos, recolhendo os impostos. Os recibos desses impostos serão os documentos que provarão a posse quando começarem a ser interpelados judicialmente com processos de reintegração (idem, 2011, p. 62).

Em 1945, com a saída de Vargas, Moisés Lupion, vinculado a UDN assumiu o governo no lugar de Manoel Ribas. A partir daí os projetos de colonização oficial das terras são descartados, o funcionalismo público abrigado sob a proteção do Governo utilizou da situação para enriquecimento pessoal, tornando o Departamento de Terras num balcão de negócios, aproveitando a elevação geral do preço comercial das terras e o crescimento da janela comercial, que favoreceram a agiotagem e corrupção. De acordo com Silva (1993) o conflito ocorreu entre os municípios de Jaguapitã, Guaraci, Centenário do Sul e Porecatu, e os principais combates aconteceram em Porecatu e Centenário do Sul, na área grilada Barra do Tibagi, entre os Rios Paranapanema, Centenário, Ribeirão do Tenente e a Rodovia Porecatu-Centenário.

Ilustração 1 - Mapa da região de Porecatu

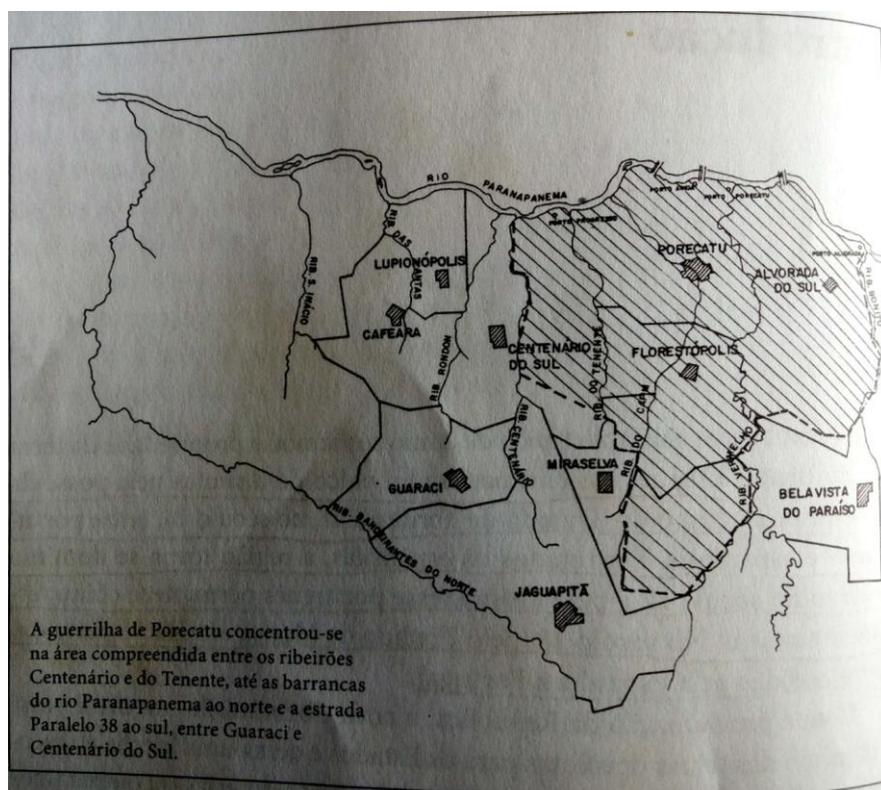


Figura 1: O mapa apresenta a região em que ocorreu o conflito, e o território que foi conquistado durante o período guerrilheiro.

Fonte: Livro A guerrilha que os comunistas esqueceram, p. 16.

3.2 CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS PARA CAMPONESES

As principais maneiras de chegar as terras devolutas eram por meio de picadas no interior da mata e por balsas improvisadas que cruzavam os rios, enfrentando toda sorte de desafios para chegar ao destino, levando suas mudanças em carroças, burros, e o que pudesse carregar na mão. Instalados nas posses realizavam na terra o que sabiam, aquilo que aprenderam na empreita de café, produzir para subsistência e comércio. As novas famílias que iam chegando se alojavam na casa de outras que já estavam instaladas ou no povoado próximo, onde haviam comércio. Posses e comerciantes se articulavam de tal maneira que produziam um vínculo econômico entre o que se comprava no comércio e o que se oferecia para a venda vindo da lavoura. Junto as relações comerciais se estendiam relações políticas e até auxílio para casos judiciais.

Os comerciantes dão todas as informações sobre a localização das melhores terras, das terras devolutas e particulares, meios de obter os direitos de posse. O comerciante também será a testemunha fundamental nos processos de disputas pela terra. É ele quem vai confirmar, ou não, a data de chegada dos posseiros na região. De acordo com as suas informações será estabelecida a razão do posseiro ou do proprietário (idem, 2011, p. 61).

A disputa pela terra está presente desde o início das primeiras ocupações, pois a política construída pelo Estado abriu o processo de colonização oficial que permitia a posse de terras, mas também reconhecia a propriedade para outros donos. Assim ocorria ao mesmo tempo em que se instalavam os posseiros, a venda de grandes parcelas dessas terras. Exemplo disso foi o caso da família Lunardelli, tradicional produtora de café no interior paulista, passou a instalar fazendas de café nas terras de Porecatu, efetuou a compra de antigas concessões localizadas nessa região, e por último conquistou o direito de instalar uma usina de cana de açúcar na região, concedido pelo Instituto de Açúcar e Alcool por meio de licitação em 1942. Essa família tornou-se uma das principais envolvidas nos conflitos.

Com as quedas de Getúlio e de Manoel Ribas, engenheiros e agrimensores do Estado começam a cortar e demarcar uma área de mais de mil alqueires em lotes de 40 alqueires cada em Porecatu. O trabalho começa pelas barrancas do ribeirão Capim. Os posseiros se animam e acreditam por um momento que finalmente vão receber os lotes definitivos. Mas, apenas cinco, das mais de 300 famílias de posseiros, conseguem seus lotes. Repentinamente o loteamento é suspenso, sendo retomado somente após a posse de Moisés Lupion, mais de um ano depois. Novamente os posseiros se alegram, mas logo percebem que alguma coisa mudou. As novas demarcações atingem 200 a 400 alqueires. É mais um estímulo para a

vinda de fazendeiros paulistas interessados em formar grandes fazendas de café (idem, 2011, p. 69)

Por essa razão os posseiros encontravam muitas dificuldades para legalizar suas posses, pois não havia interesse dos órgãos públicos. Segundo Marcelo Oikawa, os posseiros realizaram muitas tentativas, por exemplo, em 1942 um grupo viajou para Londrina, que era a maior cidade das proximidades, para apresentar seu pedido à 4ª Inspeção de Terras, tendo em mãos um requerimento que solicitava o reconhecimento das posses, porém nunca receberam respostas. Numa outra iniciativa foi contratado um advogado de São Paulo para apresentar em Curitiba, diretamente ao Departamento de Terras do Estado o pedido de legalização, e novamente não tiveram sucesso. Em 1945 um posseiro, encaminha um requerimento através de um advogado de uma cidade vizinha, Florestópolis, que não recebe respostas, então no ano seguinte ele encaminha através de Anísio da Luz, que exercia o cargo de deputado na época, diretamente a Secretaria de Agricultura e Obras Públicas do Paraná, que repete novamente a iniciativa no ano seguinte, sem ter respostas. Outro posseiro, Manoel Marques da Cunha, buscou providência diretamente com a Presidência da República, que encaminhou uma carta para o Interventor Manoel Ribas no Paraná pedindo o atendimento do caso. Mesmo essa situação se arrolou por mais de dois anos, e foi atendida por Moisés Lupion, que não deu andamento ao caso. Os posseiros não conseguiam nem a legalização de suas posses, nem a garantia de que seriam realmente suas, pois aumentavam as situações em que essas posses apareciam tituladas em nome de outro proprietário. Neste período iniciam as tensões que resultam no uso da ameaça e violência para intimidar e expulsar os camponeses, e também as primeiras formas de resistir a coação e buscar a legalização das posses. No ano de 1944 são criadas as primeiras Associações de Lavradores.

Cansados de esperar os posseiros perdem a paciência. Em Porecatu e Guaraci mais de 500 famílias se reúnem. Em Ribeirão do Tenente um grupo de 270 famílias funda uma Associação de Lavradores. Elegem Herculano Alves de Barros, Hilário Gonçalves Padilha e José Billar como seus representantes. Em Guaraci, outro grupo com 268 famílias também funda a sua Associação e elege como líder o posseiro Manoel Marques da Cunha. O objetivo exclusivo era legalizar a posse da terra [...] os posseiros procuram sair do isolamento. Contratam dois advogados: Mario Giorgi, de São Paulo e Gabriel Figueredo, de Paraguaçu Paulista, para defender seus interesses (idem, 2011, p.,64).

Ocorre que essas foram as primeiras organizações associativas criadas pelo campesinato brasileiro, e posteriormente durante as décadas de 1950 e 1960 a forma organizativa associativa e sindical espalharam-se por todo o espaço nacional, principalmente após o golpe de 64, que fechou outras vias.

3.3 LEVANTE ARMADO

A articulação entre os fazendeiros, grileiros e o Governo abrem precedentes para o uso da violência como mecanismo para impor aos posseiros condições de acordos que beneficiam os primeiros. Segundo Oikawa entre 1945 e 1947 os camponeses passam a ser intimidados por jagunços em suas lavouras ou nos comércios dos povoados próximo. Houveram também os casos de tortura, de prisões, etc, que contava também com a participação da polícia. O governo do Estado participa ativamente da expropriação dos camponeses, permitindo todo tipo de irregularidade dentro das suas instituições e se beneficiando com isso. Em 1947 chega a propor a transferência dos posseiros para outra região para que fazendeiros e grileiros se apropriem dessas terras.

- Ilustração 2 – Camponês torturado



Figura 2: Essa imagem circulou os jornais da região junto a notícia do levante armado. Simboliza a tortura que sofriam os posseiros.

Fonte: Livro A guerrilha que os comunistas esqueceram, p. 81.

Segundo Silva (1993) os camponeses, após serem coagidos, violentados e expropriados pelos policiais e jagunços, passaram a enfrentá-los de arma na mão. Disso surgiram os grupos armados de camponeses que atuavam reagindo contra essas situações nos municípios. O

levante armado foi uma resposta a ação parcial do governo, que favorecia e participava das expropriações de terras, e também contra a violência e hostilidade que acompanhava esse processo.

Na manhã do dia 27 de agosto, quarta-feira, o jagunço Antônio Barbosa comanda 12 homens armados e invade uma posse na cidade de Guaraci. Os posseiros reagem e o resultado são quatro mortos. Os líderes das Associações de Lavradores decidem organizar uma grande manifestação em Guaraci. Reúnem 1.500 posseiros e familiares vindos de Ribeirão do Tenente, Centenário, Água das Pelotas, cabeceira do Centenário, Água do Tupi, Ribeirão do Capim e da própria Guaraci. Nessa manifestação, com todos armados, resolvem fechar a estrada que liga Centenário do Sul a Porecatu. Querem chamar a atenção do governo e dos políticos para a grave situação, pedir urgência na legalização das posses e protestar contra as invasões das posses as violências que estão sendo cometidas [...] a repercussão da grande manifestação tornou o problema conhecido nas cidades e ampliou o sentimento de solidariedade da população urbana. Com o sentimento de unidade entre os posseiros, ele será o alimento que dará a sustentação à luta armada que está para começar (idem, 2011, p. 78-79)

A partir daí se iniciou a criação de grupos armados que reagiam as investidas dos jagunços e da polícia. Os próprios camponeses começaram a criar grupos por proximidades e com as condições que tinham, para proteger suas famílias e suas benfeitorias, pois crescia o número de ranchos queimados, espancamentos, prisões, estupros, etc. Segundo Oikawa (2011, p. 99), “até ali as refregas aconteceram de maneira desorganizada. É uma horda de rebeldes reagindo de maneira instintiva, defendendo-se das agressões e usando algumas poucas armas e os instrumentos de trabalho. Nenhuma decisão é coletiva, não há comandos”.

3.4 CRIAÇÃO DE LIGAS CAMPONESAS

Nem sempre lutas sociais dão origem a organizações políticas como no caso de Porecatu, com a formação das associações e em seguida as Ligas. Para Silva (1993) as Ligas foram formadas através de uma orientação do PCB, a partir do secretariado do Comitê Estadual, que solicitou modelos de Ligas Camponesas para o Comitê Estadual de São Paulo. Segundo o autor foram enviados dois modelos de estatutos, com a recomendação de que devem ser usados de acordo com as condições específicas de cada local. Sendo realizado este pedido em julho de 1945. Ângelo Aparecido Priori (2000) reafirma que as Ligas são criadas em toda a região a partir de um comunicado do Comitê Estadual do PCB. Já no depoimento feito por Manuel Jacinto Correia, um importante dirigente do Partido e também dos posseiros, anos depois do final da luta, ele diz que as Ligas foram criadas sem orientação nenhuma. Isso

deverá ser melhor verificado com mais pesquisas sobre o caso, porém já se descobriu evidências suficientes para afirmar sua existência.

Elas são sucessoras das primeiras Associações de Lavradores fundadas em 1944. A partir disso chegarão a organizar várias Ligas em toda a região para arregimentar apoio à resistência desencadeada. Imprimem uma proposta de estatuto para as Ligas, que circula em todo o norte do Paraná. O volante sugere as seguintes atividades para as Ligas: lutar pela educação e cultura para os trabalhadores da região e de suas famílias, por meio de criação de escolas primárias para todas as crianças em idade escolar; criação de uma biblioteca circulante, contendo livros instrutivos, principalmente no que se refere à agricultura, criação, organização dos moradores da zona rural e demais assuntos de interesse dos trabalhadores; promoção de festas populares nas ocasiões oportunas, como São João, São Pedro, Santo Antônio, Natal, Sete de Setembro, Primeiro de Maio e outras, afim de manter vivas as tradições populares das danças, músicas, etc.; lutar quando for preciso, para a obtenção de créditos bancários, para entendimento com o médico e a farmácia; conseguir salários compensadores para os trabalhadores rurais na derrubada da mata, na apanha de café etc.; conseguir estradas (idem, 2011, p. 102).

Elas foram criadas por todo o norte do estado, nas seguintes cidades: Água das Pelotas, Centenário do Sul, Guaraci, Maringá, Água de Mandacaru, Porecatu, Água do Palmitalzinho, Guaraci, Andirá, Bandeirantes, Água do Monjolo, Cornélio Procópio, Colombo, Cambará e Xapecó. Com isso se pode alcançar maior apoio entre os camponeses da região.

- Ilustração 3 – Ligas Camponesas em Cornélio Procópio.



Figura 3: A imagem é uma fotografia dos camponeses reunidos através das Ligas Camponesas em Cornélio Procópio. Exemplo da dimensão que essa experiência tomou.

Fonte: Livro A guerrilha que os comunistas esqueceram, p. 105.

Seu funcionamento articulava através dos temas, ‘terra para quem trabalha nela’, ‘resistência contra a expulsão’, ‘união para acumular forças’ também o estudo e a formação nas reuniões.

- Ilustração 4 – Liga Camponesa Água do Monjolo

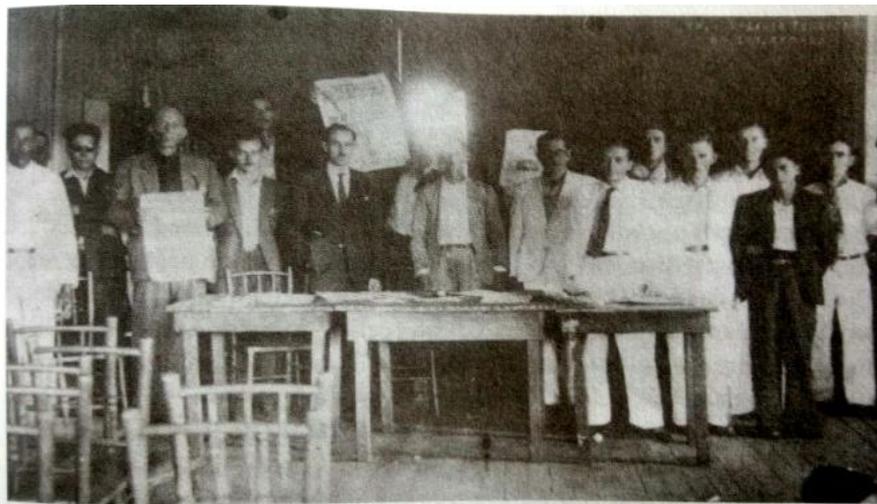


Figura 4: Fotografia da criação da Liga Camponesa Água do Monjolo.

Fonte: Livro A guerrilha que os comunistas esqueceram, p. 105.

De acordo com o depoimento de Manoel Jacinto Correia, as Ligas existiam para articular a luta, e deixaram de existir quando terminou o período de luta dos posseiros. Além da formação de guerrilha, que foi uma estratégia proposta pelo PCB, também foram experimentadas nas Ligas outras formas de acúmulo de forças como o mutirão e o embargo. O mutirão tinha por objetivo ajudar camponeses atacados por jagunços e polícia, e camponeses envolvidos na luta armada, cuidando de suas lavouras e benfeitorias. O embargo ou impedimento, limitava o trabalho nas lavouras e criação de grandes fazendeiros, chegando até a expulsão destes em casos de litígio.

Articulada com o Comitê do PCB em Londrina, as Ligas também foram o meio para buscar apoio político na sociedade, e inclusive, campanhas de arrecadação, além atividades como comícios e pichações com objetivo de fomentar a agitação política na cidade.

O autor indica ainda, em sua pesquisa, que as mulheres tinham tarefas específicas. Essas tarefas estavam relacionadas a organização do amparo a famílias de posseiros com organização de poso, moradia, disponibilização de remédios, roupas, dinheiro, comida e o que mais fosse possível e necessário. Elas também contribuía no sistema de informação entre a Guerrilha e outras esferas da luta.

Essa foi a primeira experiência do PCB e de camponeses no Brasil na organização de Ligas. A hipótese é que elas transmitiram seu legado para as Ligas Camponesas do Nordeste.

3.5 CONTATO COM UM PARTIDO POLÍTICO

Esta foi uma das primeiras experiências do partido na luta com camponeses, fora do espaço urbano. Ela ocorre num momento em que o partido está saindo de uma autocrítica em relação ao que julgou como um ‘desvio a direita com ilusões reformistas’, quando apoiou Vargas em 1945. Essa posição foi publicada em 1948 e reafirmada no Manifesto de Agosto de 1951, e já em 1947 o partido entra na clandestinidade, portanto, é empurrado de encontro com processos de luta social que ressignificasse o partido e ampliasse sua base. De acordo com Silva (1993) os camponeses fizeram contato com o PCB em 1947, até então só havia atuação de militantes locais, mas sem uma definição do partido para que atuasse no caso. A partir daí o Comitê Regional de Londrina e a Comissão Executiva do Paraná passaram a acompanhar os posseiros de Porecatu.

Oikawa narra como ocorriam os primeiros contatos.

Os primeiros encontros entre posseiros e comunistas acontecem com militantes de Jaguapitã. São encontros informais, conversas que giram em torno dos litígios. Há um farmacêutico que está sempre no meio da roda. É um homem instruído e, além de tudo, uma pessoa sempre disposta a socorrer os enfermos. Com o fortalecimento dos laços, o comunista de Jaguapitã, farmacêutico Miguel Gajardoni, vende sua farmácia e compra 10 alqueires de mata virgem à beira do ribeirão Tenente para lutar ao lado dos posseiros, sem que o Partido tenha determinado qualquer atividade (idem, 2011, p. 86)

Os posseiros encontravam-se em uma situação de isolamento político. O governo não cumpriu com as promessas que apresentou e ainda deu condições para o avanço da repressão e violência. O partido significava uma possibilidade de ampliação do apoio da sociedade para a causa camponesa. Esse contato expressou um avanço na consciência política dos camponeses pois, existia entre eles um forte sentimento anticomunista, que foi superado pela visualização da possibilidade de obter conquistas através do partido. Isso foi fortalecido pelas respostas imediatas vindas dos Comitês de Londrina, Curitiba, e também São Paulo e Rio de Janeiro, mais ainda com a abertura de uma CPI que investigasse o caso.

Segundo Silva (1993), o partido cresceu muito com essa experiência, tanto que ele se estruturou primeiro em Londrina e região, e depois em Curitiba. O PCB possuía no interior militantes isolados, seus comitês locais eram caracteristicamente formados por militantes

urbanos. Com a sua ingressão na luta dos posseiros ele passou atuar junto as Associações de Lavradores e em seguida com as Ligas Camponesas, além da ação nas cidades para buscar apoio, portanto, se disseminou com muita força por todo o norte do estado.

O partido foi um sujeito ativo no largo dos acontecimentos, sua participação acabou alterando a ordem geral dos conflitos fundiários, transformando este caso numa grande experiência de guerrilha rural, de inspiração maoista, para o enfrentamento direto ao Estado. Partiu do PCB a proposta das ligas camponesas como meio de protagonizar um movimento armado, assim como a formação das guerrilhas, que significaram uma qualificação das associações e dos bandos armados que os posseiros já possuíam.

A sua inserção na luta com os posseiros não ocorre de maneira desinteressada, o Partido pretendia liderar a ação, com a estratégia de ser a ‘direção revolucionária das massas’, e que realmente ocorreu. Dessa maneira, neste período todos os recursos a disposição do partido na região foram empenhados nessa tarefa, como os jornais, os boletins, a presença de vereadores e deputados nas instâncias municipais e estaduais, recursos e armamentos, como também articulação política para conquistar apoio na sociedade.

A força política, responsável pelo impulso da luta de resistência dos posseiros foi indubitavelmente, o Partido Comunista do Brasil, sobre o qual apoiava-se também o movimento de apoio em Londrina e em outros lugares. Parece que em todo lugar onde havia assistência aos rebeldes do norte do Paraná, havia a presença do Partido. Alguns exemplos: o discurso no Rio de Janeiro, do deputado comunista Carlos Marighella, pedia um ‘rigoroso inquérito administrativo’, a fim de esclarecer as causas da violência no norte do Paraná; a carta da Federação das Mulheres do Paraná, controlada pelo PCB, endereçada ao governador do Estado exigindo a retirada imediata das tropas da polícia e da ‘jagunçada’; o manifesto de um grupo de moradores do estado de Santa Catarina, protestando contra o ‘ato covarde’ e ‘selvagem’ praticado pelos policias contra os posseiros; ou ainda o abaixo-assinado dos camponeses de Alta Paulista (SP), enviado ao governador Lupion, solidarizando-se com os ‘irmãos posseiros de Porecatu’. Por meio dessa rede de apoio aos camponeses de Porecatu, a cidade de Londrina transformou-se no centro nervoso e irradiador da implantação do Partido Comunista no Estado do Paraná, tornando-se mais importante, nesse ponto de vista, do que a capital Curitiba. Como escreveu um jornalista, Londrina tornou-se a ‘matriz da crença vermelha’. (SILVA, 1993, p. 61).

A partir do Manifesto de 1948, começam a surgir apontamentos sobre a importância da organização dos camponeses e trabalhadores rurais como aliados naturais do proletariado na tarefa de fazer a revolução.

A luta armada de Porecatu, dirigida pelo PCB desde 1948, é a demonstração prática de sua virada à esquerda com o Manifesto de Janeiro de 48, consolidada em agosto de 1950, quando adota oficialmente a via revolucionária. A luta de Porecatu alimenta a reflexão dos dirigentes comunistas sobre os problemas da revolução brasileira, que se tornaram o foco principal das preocupações dentro do Comitê

mais flexibilidade para dar conta das condições locais de vida de cada trabalhador, como também o nível de consciência associativa e política.

O partido conclui que as regiões com grandes massas camponesas devem ter prioridade no trabalho do Partido. Nesse sentido, o Estado de São Paulo, o norte do Paraná e o Triângulo Mineiro receberão atenção especial do Partido que irá concentrar suas atividades nessas regiões (idem, p. 120)

O contato entre os camponeses e o Partido significou para ambos uma nova experiência. Porém a capacidade de capitalizar essa experiência ocorreu de forma imediata para o partido, enquanto para os camponeses seus resultados e lições obtidas foram sendo transmitidos como exemplo mais tardiamente.

3.6 FORMAÇÃO DE GUERRILHA

Os posseiros já haviam iniciado ações de enfrentamento armado aos fazendeiros, jagunços e policiais. A alternativa de luta pela via armada já era evidente e concreta, pois formas pacíficas de solução do problema já haviam sido testadas e o resultado foi mais violência. Porém foi através do PCB que surgiu a proposta de formação de uma Guerrilha, para dar unidade e centralidade ao enfrentamento.

Em novembro de 1948 são tomadas as decisões e iniciado o trabalho de preparação e início da guerrilha. A partir daí o PCB passa a ter uma atuação participação sistemática e organizada no movimento, preparando os camponeses ‘para tomarem a terra a força’ e resistir ao governo, ‘se possível fosse’. O que se tem agora são, camponeses rebeldes, preparados, armados e organizados, com capacidade de realizar ações rápidas e eficazes, sob decisão coletiva, e com constituição de comandos disciplinados e coordenados. Para o partido, cujo exercício político havia sido moderado até o momento, essa era uma iniciativa audaz e surpreendente, que expressava na prática sua autocrítica.

A partir desse momento, organizaram-se dois grupos: de um lado o grupo de pressão política, formado pelos posseiros, e constituindo a base do movimento que, em geral, não se envolvia diretamente na luta armada; por outro lado, havia o “núcleo duro”, isto é, o bando dos rebeldes, composto por militantes comunistas e camponeses armados. A ação do PCB ampliou-se, mobilizando as estruturas do Partido na região e no Estado, e mais tarde [...] em escala nacional (SILVA, 1993, p. 62).

Segundo Heler (1993) a liderança do partido no movimento é determinada também pela experiência militar dos militantes comunistas, por sua disciplina rígida na ação, e

Os grupos vão ocupar acampamentos instalados na mata. A experiência adquirida por alguns membros no exército e a rígida estrutura e disciplina do PCB fundamentam as suas atividades que apresentam disciplina de ação e uma hierarquia militar [...] O partido começa enviando carabinas e duas metralhadoras que não engasgam. As armas chegam pela Alta Sorocaba, depois por Curitiba. Pistolas automáticas e mosquetões são tomados de jagunços ou policiais após os enfrentamentos. Os posseiros recebem treinamento de tiro e de manuseio das armas. O camarada Ortiz, um perito capaz de consertar qualquer tipo de arma, é o instrutor. Prevendo cercos e a necessidade de sair deles, os posseiros recebem granadas. Ortiz treina os resistentes para o seu uso. Com o conhecimento que os posseiros têm de toda a região, desenham mapas indicando os pontos mais vulneráveis para o rompimento de cercos. Mais tarde essas providências permitirão o rompimento de um cerco de Porecatu pelo lado do rio Pirapó com a fuga dos resistentes, mostrando sua preparação militar e resistência física (OIKAWA, 2011, p. 110).

Uma das táticas de ação era o impedimento de atividades agrícolas pelas armas, como plantio, capina, colheita, desmatamento, com o objetivo de amedrontar os fazendeiros e ampliar a confiança dos posseiros. Utilizava-se da demonstração de força para desorientar, paralisar e infligir derrotas ao inimigo.

Impedindo o trabalho e bloqueando as estradas, José Ortiz, o especialista do partido, concebeu a limpeza da região, expulsando fazendeiros, jagunços e inclusive trabalhadores que não estavam dispostos a colaborar. A estrada, conhecida como Paralelo 38, cai sob o controle da resistência. Várias barreiras são erguidas com troncos de árvores. Apenas os caminhões, saindo com as mudanças dos fazendeiros, grileiros e administradores, tem autorização para circular (IDEM, 2011, p. 113)

Durante os anos de 1950 e 1951 a Guerrilha chegou a dominar um território de aproximadamente 40km², entre os municípios de Porecatu, Centenário do Sul e Guaraci. Neste conflito ocorreu a primeira desapropriação de terras para fins sociais.

4 DIMENSÃO POLÍTICA DA LUTA DOS POSSEIROS DE PORECATU

Há muito tempo faz-se necessário a pesquisa histórica sobre os posseiros de Porecatu, precisamos fortalecer e levar ao público esse debate sobre a memória das lutas e levantes que por algum motivo fizeram-se esquecidos, ou malditas. Esse é certamente mais um capítulo importante da história da luta pela reforma agrária e pela ocupação democrática do território nacional, e merece ocupar seu lugar nas páginas que à registra. O silêncio que se firmou sobre esse acontecimento tem o poder de deixá-lo mais sedutor aos olhos do historiador, e isso não é de todo um grande problema, mas ao que se refere a este passado, além de descobri-lo interessa-nos explicá-lo, pois certamente ainda há lições para se extrair desta experiência, sejam elas boas ou más.

Logo põe-se uma questão de ordem que exige reposta: serão válidas as lutas inglórias, as derrotas possuem valor? Pois justamente frente a isso se elege o problema desta pesquisa: qual a dimensão política da Luta dos Posseiros de Porecatu para o campesinato brasileiro fazer-se como classe? há que ser investigado. Aí acreditamos que reside sua originalidade.

Diante do desafio colocado, optamos por acessar um recurso conceitual que possua capacidade de enfrentar a pujança independente das evidências históricas a serem interrogadas. Não é tarefa da história a criação de grandes teorias soltas no ar, de acordo com Thompson (1981, p. 57) “[...] a história não conhece verbos regulares[...]”. Ela deve reconstruir, explicar, compreender os fatos realmente como foram. (1981, p. 57) “Nosso objetivo é o conhecimento histórico; nossas hipóteses são apresentadas para explicar tal formação social particular no passado, tal sequencia particular de causação”.

Pretendemos buscar através dos resultados pinçados das passagens de tempo, quais as relações vividas, sofridas e resolvidas; como isso deu origem a uma nova ordem de coisas, e a força da contradição movendo este processo. Esse recurso conceitual será utilizado pois já é caminho testado por outros historiadores, porém, mais como expectativas para facilitar a indagação das evidências – sendo logicamente confirmados por elas –, do que como regras; mas com capacidades de generalidade e elasticidade para suportar a dinâmica dos fatos históricos. Nos apoiaremos, portanto em três conceitos elaborados por Edward P. Thompson, que são o conceito de “experiência”, o conceito de “consciência social”, e o conceito de “classe”.

De acordo com o autor, a experiência é a matéria-prima da consciência. Para ele a experiência surge espontaneamente na vida das pessoas, e se dá de maneira involuntária, mas

é justamente esse o ponto de toque entre o ser, e o vir a ser, entre o ser social e a consciência social. “[...] a experiência é válida e efetiva, mas dentro de determinados limites: o agricultor ‘conhece’ suas estações, o marinheiro ‘conhece’ seus mares, mas ambos permanecem mistificados em relação à monarquia e à cosmologia.” (idem, 1981, p. 16). Desta maneira, portanto, determinadas experiências permitirão alcançar determinados níveis de consciência, sempre mediadas pelas pressões vividas, sentidas.

[...] ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados[...] (idem, 1981, p., 16).

As evidências com as quais nos deparamos no andamento desta pesquisa já possuem substancias que indicam uma *experiência modificada*. Os desenlaces dos acontecimentos da luta dos posseiros de Porecatu diferem em vários aspectos da forma clássica e geral das lutas camponesas realizadas até aquele período histórico. Não por isso pode-se afirmar que este fato interfira diretamente nas lutas adjacentes e nas lições e acúmulos obtidos, sem antes verificar sua procedência. Todavia, trabalharemos com a ideia proposta por Thompson de que “experiência, consciência e classe”, estão articulados em um fenômeno histórico, são produtos e constituintes desse fenômeno e possuem como determinação o *fazer-se*, como forma de como alcançá-la ou produzi-la.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos dispares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência quanto na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas [...] Ademais a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe [...] A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 2004, p. 09-10).

Portanto, diante de uma experiência que condensa migração, ocupação e posse de terras, territorialização, criação de organizações associativas para camponeses, levante

armado, criação de Ligas Camponesas, contato com um Partido Político, formação de guerrilha, criação dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais, a primeira desapropriação de terras para fins sociais, certamente existe aí uma pressão sobre a consciência social de novo tipo, diferenciada do padrão geral das formas de vida e experiências camponesas.

Como vimos no primeiro capítulo, durante a década de 1940, mas principalmente a partir da década de 1950, as lutas e movimentos camponeses ganham um caráter propriamente político. Anterior a isso, existia um fundamento político na luta camponesa que residia na sua contradição com o latifundiário capitalista. A causa da luta camponesa, considerando sumariamente alguns fatos que iniciam na Primeira República, como Canudos, Contestado, ou o banditismo social, possuíam uma unidade que se manifesta na contradição com o latifundiário, fundamentada na renda da terra.

Mas não necessariamente conseguiam se expressar para o conjunto da sociedade como uma luta política. Por ser as vezes uma luta local, breve, com objetivos específicos ao evento, que aparentemente tira ou reduz o teor político da luta camponesa. Ocorre portanto, um crescimento dessas lutas a partir de 1940, que se expressa em sua diversidade, quantidade de casos e também nos instrumentos políticos que vieram a ser criados, como por exemplo das Ligas Camponesas no Nordeste, e a ULTAB e CONTAG a âmbito nacional, congressos camponeses regionais que ocorreram em São Paulo, Paraíba, Pernambuco, e inclusive o Primeiro Congresso Camponês que aconteceu em Belo Horizonte na década de 1960, e a pauta da Reforma Agrária como expressão de um programa político dos camponeses; portanto a luta camponesa ganha espaço na política.

O caso de Porecatu ocorre justamente neste momento de mudança na característica das lutas camponesas, sendo uma das primeiras que ocorrem. Além disso, acumula-se uma experiência neste acontecimento que são novidades para as lutas camponesas que só poderemos compreender ao longo do tempo. Exemplo disso são as Ligas Camponesas, que se desenvolveram expressivamente no Nordeste e foram experimentadas em Porecatu. Anterior a isso os camponeses já haviam criado as associações de lavradores. A partir da década de 1950 a sindicalização torna-se expressiva no meio camponês, e após o golpe militar acaba sendo uma das únicas alternativas de organização até um certo momento quando novamente as tensões sociais se ampliam por volta da década de 1970, quando inclusive a igreja muda sua forma de atuação com os movimentos camponeses.

O contato do PCB acaba sendo o elo desse evento com o conjunto da classe, pois, essa foi uma das primeiras vezes que o partido atua sobre a causa camponesa e o seu desdobramento altera as concepções e forma de atuação, nesse acontecimento o partido

integrou a luta camponesa aos seus objetivos e a sua atuação política. A criação de uma guerrilha rural, foi um acontecimento inédito, e que foi conduzida devido a presença do partido.

Esse conjunto de fatores que compõem a experiência dos posseiros de Porecatu, influenciaram nos desdobramentos de outras lutas, que ocorrem logo em seguida e reproduzem formas de luta e organização camponesas que carregam o acúmulo deste evento em questão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendia-se com esta pesquisa realizar o estudo do caso da Luta dos Posseiros de Porecatu, afim de compreender qual sua dimensão política e contribuição para o campesinato brasileiro fazer-se como classe, partindo da hipótese de que os desdobramentos dessa experiência influenciaram nas lutas que eclodiram nos anos seguintes no Paraná e em outras regiões.

A partir das investigações pode-se observar que no caso estudado foram experimentadas novas formas de luta e organização dos camponeses e o contato com o partido é o elo que conduz a experiência para o restante da classe. Para isso podemos retornar ao conceito de experiência e de classe de Thompson, que explica que a classe ocorre justamente como um fenômeno histórico. Essa experiência só é transmitida com velocidade porque o partido atua no conjunto das lutas locais e regionais próximo aos camponeses. Não dependia somente dos camponeses de Porecatu levar isso por exemplo ao Pernambuco.

Observa-se que o partido foi quem conduziu essa experiência a diante. A mídia reproduziu e veiculou as notícias desse acontecimento. Essa experiência vai se reproduzindo e se ampliando na qualidade e intensidade.

Existe, portanto um conjunto de fatos para serem analisados sobre este caso, mas especialmente a conexão entre instrumentos da classe e uma luta local que surge da contradição fundamental entre as classes e os sujeitos envolvidos, os camponeses e os latifundiários. É preciso levar adiante essas investigações para retirar do esquecimento, que só favorece aos vencedores, a verdade sobre a história de trabalhadores e rebeldes.

Concluiu-se que este caso ocorre no início do crescimento das lutas camponesas com características propriamente políticas, e a experiência acumulada possui relação direta com o crescimento da sindicalização dos trabalhadores do campo, com a criação de instrumentos políticos dos camponeses, e da relação do campesinato e sua pauta com o conjunto das forças políticas do país.

6 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. ed.: 6. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política** – uma introdução crítica. São Paulo. Cortez, 2007.

BENATTI, José Heder. **Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil**: séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade privada) *in* NEVES, Delma Pessanha (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil** – Formas dirigidas de constituição do campesinato, vol.: 2. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BRIGNOLI, Héctor Pérez; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Métodos da História**. Trad.: João Maria. Rio de Janeiro. Editora Graal, 2002.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. **“Inimigos do progresso”**: dominação de classe e resistência sertaneja na Primeira República: a guerra sertaneja do Contestado *in* MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 1: concepções de justiça e resistência no Brasil. São Paulo: UNESP, 2008.

CREMONESE, Dejalma. **Monges Barbudos**: resistência e massacre de camponeses no Sul do Brasil *in* MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: UNESP, 2009.

GORENDER, Jacob. **A forma Plantagem de organização da produção escravista** *in* STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda: 1960 – 1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 147-177.

GORENDER, Jacob. **O regime territorial no Brasil escravista** *in* STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda: 1960 – 1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 177-217.

GARCIA, Graciela Bonassa. **Senhores de terra e intrusos**: os despejos judiciais na Campanha Rio-Grandense oitocentista (Alegrete, 1830-1880) *in* MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 1: concepções de justiça e resistência no Brasil. São Paulo: UNESP, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo. Editora Companhia de Letras, 2013.

- LIMA, Eli Napoleão de. **Para não esquecer Canudos** in MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, vol. 1: concepções de justiça e resistência no Brasil. São Paulo: UNESP, 2008.
- MAESTRE, Mário. **A formação do campesinato no Brasil** in STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 71-101.
- MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia a obra de Rui Mauro Marini**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- MARINI, Rui Mauro. **Rui Mauro Marini – Vida e Obra**. TRASPADINI (org), Roberta. São Paulo. Expressão Popular. 2005.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis. Editora Vozes, 1981.
- MARX, Karl. **O Capital: O Processo de produção do Capital**, livro I, vol.:II. Trad.: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**, vol. 1: concepções de justiça e resistência no Brasil. São Paulo: UNESP, 2008.
- NEVES, Delma Pessanha. **Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e moradia na agroindústria exportadora** in NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. (org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – Formas tuteladas de condição camponesa**, vol.: 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- OIKAWA, Marcelo. **Porecatu: a Guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo. Expressão Popular. 2011.
- PRIORI, Angelo Aparecido. **A revolta camponesa de Porecatu – a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB) no campo (1942-1952)**.
- SILVA, Heler de Souza. **A foice e a cruz: Comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná – 1993**. 285 f. Tese (Doutorado em Sociologia). École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, 1993.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **O regime territorial no Brasil escravista** in STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960 – 1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 111-125.
- STEDILLE, João Pedro. **Renda da Terra** in CALDART, Roseli Salete (org) *et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo; Rio de Janeiro. Expressão Popular. 2012. p.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa, vol I** – a árvore da liberdade. Trad.: Denise Bottmann. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros** – uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Zaha Editora, 1981.

VILLAR, Pierre. **Marx e a História** in **História do Marxismo, vol I.** (org) HOBBSBAWM, Eric J. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1983.